

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - DEPARTAMENTO DE**  
**CIÊNCIA POLÍTICA**  
**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,**  
**REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

**JULIANI BORCHARDT DA SILVA**

**OSCIP DEFENDER: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E**  
**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE SANTO ÂNGELO-RS**

**SANTO ÂNGELO, RS.**

**2014**

**JULIANI BORCHARDT DA SILVA**

**OSCIP DEFENDER: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ATRAVÉS DA  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE SANTO ÂNGELO-RS**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial e final à obtenção do título de especialista no referido curso.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer

Santo Ângelo, 2014.

**Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)**

--

**Banca Examinadora**

---

**Professor Dr. Leonardo Avritzer (orientador)**

**Professora Dr<sup>a</sup> Viviane Petineli**

---

## **Agradecimentos**

**Agradeço de forma especial ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr. Leonardo Avritzer pela condução ao longo da pesquisa.**

**Da mesma forma agradeço a todos os professores, funcionários e colegas do programa, em especial a Viviane Petinelli pelo apoio em todos os momentos no decorrer do curso.**

***Dedico este trabalho aos meus pais Rosani e Edison, irmãos Ediani, Thaianí e Bruno pelo apoio em toda trajetória acadêmica.***

***Com todo o meu amor dedico também a Lucimary, companheira de vida e de todos os momentos.***

***De forma muito especial dedico este trabalho aos colegas da OSCIP DEFENDER que a mais de uma década auxiliam e protegem o patrimônio cultural brasileiro através da sociedade civil organizada.***

§ 1º - O Poder Público, **com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

(Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988)

## RESUMO

Esta pesquisa visa apresentar a atuação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Defender na cidade de Santo Ângelo-RS. Voltadas a proteção do patrimônio histórico existente na cidade, as ações da entidade estimularam a constituição de uma agenda nas esferas governamentais a nível municipal e estadual, onde estiveram em foco o reconhecimento e a valorização do patrimônio e história desta comunidade, empoderando-os politicamente enquanto agentes sociais. Usou-se como subsídio principal do trabalho pesquisa em arquivos da entidade, arquivos pessoais, bibliografias referentes à sociedade civil e participação além de entrevistas com atores envolvidos nestes processos os quais são expostos para maior compreensão do caso estudado. Procurou-se identificar as estratégias de atuação da entidade bem como articulações com outras entidades civis e públicas e seus respectivos resultados no foco de atuação da OSCIP.

**Palavras-chave:** OSCIP Defender. Santo Ângelo-RS. Salvaguarda do Patrimônio Histórico. Sociedade civil. Participação.



## ABSTRACT

This research wants to show the performance from the “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP) Defender in Santo Ângelo city, RS. Toward protect the historic heritage that exists in the city, the actions from the entity stimulated the constitution from the schedule in the governmental high places to the level municipal and state, where was on focus the recognition and valorization about the heritage and the history from this community, putting them politically while social agents. Was used as mainly subsidy from this research to search in entity’s archives, personal’s archives, bibliographies referring to the civil society and participation besides interviews with actors involved on these processes whereat are exposed to have a better understanding about this study. Was looked for to identify the strategies from the entity’s performance as articulations with others public and civil entities and their respective results on focus from the OSCIP’s performance.

**Keywords:** OSCIP Defender. Santo Ângelo-RS. Historic Heritage’s Safeguard. Civil Society. Participation.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem nº 01: Ocupação indígena no Rio Grande do Sul .....	18
Imagem nº 02: Planta característica das reduções.....	23
Imagem nº 03: Santo Ângelo em Ruínas .....	25
Imagem nº 04: Primeiro encontro da Defender em Santo Ângelo .....	49
Imagem nº 05: Oscip Defender e IPHAE .....	50
Imagem nº 06: Traçado Tombado Provisoriamente pelo IPHAE .....	51
Imagem nº 07: Encontro “A Proteção do Patrimônio Histórico”.....	54
Imagem nº 08: Palestras Defender em Santo Ângelo.....	55
Imagem nº 09: Manifestação em Prol da Secretaria de Cultura.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01: Cronologia dos Intendentes e Prefeitos de Santo Ângelo.....	26
Tabela nº 02: Contagem populacional Senso 2010 IBGE .....	27
Tabela nº 03: Produto Interno Bruto de Santo Ângelo (2010).....	28
Tabela nº 04: Média de Turistas Anuais em Santo Ângelo.....	28
Tabela nº 05: Delegados Regionais da OSCIP Defender .....	62

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IPHAE:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (RS).

**IPHAN:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**IPTU:** Imposto predial territorial urbano.

**ONG:** Organização Não Governamental.

**OSCIP:** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

**UNESCO** – *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*  
(Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 SANTO ÂNGELO-RS: ORIGENS.....</b>	<b>18</b>
1.1 Repovoamento .....	26
1.2 Atualidade.....	27
<b>2 DEMOCRACIA.....</b>	<b>31</b>
2.1 Democracia, Políticas Públicas e Participação.....	39
<b>3 OSCIP DEFENDER: CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÃO EM SANTO ÂNGELO.....</b>	<b>45</b>
3.1 Agentes envolvidos: visões e perspectivas.....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa identificar e compreender os processos que envolvem a atuação da OSCIP<sup>1</sup> Defender na cidade de Santo Ângelo-RS a fim de diagnosticar suas ações e estratégias, bem como seus impactos na proteção do patrimônio histórico da cidade. A lei que cria o terceiro setor (nº 9.790\99) visa estimular e fortalecer o chamado capital social, objetivando favorecer a relação entre sociedade e Estado, estimulando a emancipação social através da sociedade civil organizada em prol de seus objetivos e finalidades comuns. Desta forma a sociedade assume papel de destaque participativo nas etapas de debate e deliberações através das instâncias democráticas-participativas, num quadro de gestão compartilhada, levando em consideração e ouvindo o principal interessado (e afetado pelas decisões governamentais) que é o povo.

A sociedade civil se organiza e ganha força e expressividade pelo anseio de seus vários grupos e segmentos em ter representatividade e suas demandas atendidas pelo Estado. Os processos de libertação e democratização parecem partilhar de um elemento em comum: a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada dos atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão – desenvolvendo e consolidando a democracia.

Desta forma, a sociedade possui um papel relevante na construção democrática quando assume a sua posição de agente construtor e fiscalizador das políticas públicas em suas mais diversas áreas. Boaventura (2003, p. 27), em entrevista concedida no III Fórum Social Mundial, diz que “o Brasil tem, hoje, além dos partidos, uma forte mobilização social, das ONGs e dos movimentos populares. E é esse, em meu entender, que vai fazer esta pressão”. Assim, as entidades organizadas seriam primordiais na construção de uma democracia plena, agindo, atuando, fiscalizando e deliberando sobre assuntos e demandas de interesse coletivo.

A Lei nº 9.790\99, em seu Artigo 3ª, item IV, explicita que se caracterizam, entre outros, como uma OSCIP, as entidades de “promoção à cultura, defesa e conservação do patrimônio Histórico e Artístico”. A OSCIP Defender – objeto deste estudo – se encaixa como tal, uma vez que é uma associação civil, pessoa jurídica

---

<sup>1</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

de direito privado com atuação nas áreas da cultura, patrimônio histórico e artístico, turismo cultural e social, meio ambiente e cidadania, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, regida por Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas, com sede e foro em Cachoeira do Sul/RS. Esta entidade foi qualificada em maio de 2002 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP junto ao Ministério da Justiça e em 27 de junho de 2008 recebe o título de Utilidade Pública concedido pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS, através de Decreto Municipal nº 273/2008.<sup>2</sup>

A OSCIP Defender atua na elaboração e execução direta de projetos, programas ou planos de ações, doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam nas áreas da cultura, patrimônio histórico e artístico, turismo cultural e social, meio ambiente e cidadania. Ela possui também ações voltadas à educação patrimonial, cujo objetivo é a formação de consciência em prol da proteção patrimonial através da sociedade civil – a qual seria a principal interessada nestes processos de salvaguarda.

A OSCIP Defender possui atuação em Santo Ângelo-RS desde o ano de 2012, onde elegeu delegados regionais e realizou reuniões, encontros e mobilizações em defesa do patrimônio histórico da cidade. Foi responsável pelo abaixo assinado iniciado neste mesmo ano que solicitava ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) o tombamento do Centro Histórico da cidade, o qual sofria (assim como imóveis de outras áreas do município) com constantes depredações e demolições de prédios relevantes por seu histórico, arquitetura e paisagem, resultando assim na abertura de um processo administrativo por este órgão estadual para tombamento do referido espaço – ocasionando assim um tombamento provisório do Centro Histórico<sup>3</sup> até que os estudos necessários fossem realizados e uma decisão final ser tomada por este Instituto.

A entidade serviu de instrumento para que a sociedade civil dialogasse com as instâncias governamentais de uma forma mais direta e institucionalizada em prol de um objetivo comum e coletivo. Forneceu subsídios e empoderamento para que a sociedade, de forma democrática, ativa e participativa colocasse as questões da

---

<sup>2</sup> Informações coletadas junto à OSCIP DEFENDER.

<sup>3</sup> Ver imagem nº 06 o qual expõe o traçado tombado provisoriamente em Santo Ângelo-RS pelo IPHAE.

proteção do patrimônio histórico da cidade na agenda de debates e de ações governamentais – até então não exploradas com relevância pelo poder público municipal ou estadual, sendo esta área preterida em relação à outras consideradas como mais prioritárias como saúde, educação, etc.

A partir da atuação da Defender em Santo Ângelo, a Prefeitura iniciou a constituição de uma equipe interdisciplinar, após convênio de cooperação assinado junto ao IPHAE, formada por historiador, arqueólogo, arquiteto, fotógrafo, estagiários, etc., responsável por um Inventário dos imóveis com relevância histórica, cultural ou arquitetônica da cidade – em especial do Centro Histórico, afinando assim as relações entre as instâncias da prefeitura e do Estado. Também foi encaminhado Projeto de Lei sugestão para a regulamentação de tombamentos a nível municipal, o qual não existia até então em Santo Ângelo. Audiências Públicas foram realizadas a fim de debater junto à comunidade a temática e a criação de uma legislação municipal que regulamentasse o tombamento a nível municipal, normatizando direitos, deveres e apoios que os proprietários destes imóveis teriam após o tombamento.

Entender as etapas que envolvem sua atuação em Santo Ângelo será de extrema importância para a sociedade como um todo, conhecendo um exemplo de instrumentalização social que institui ações e debates na agenda pública em prol da coletividade. Para tanto, são explorados no decorrer do trabalho conceitos de democracia, participação e sociedade civil, bem como a constituição e atuação da OSCIP Defender em Santo Ângelo-RS, a visão das pessoas que participaram das ações para a constituição de uma agenda de debates no que se refere a proteção do patrimônio histórico da cidade e seus efeitos e influências nas ações a nível municipal e estadual.

Pelas ações desenvolvidas em Santo Ângelo, o trabalho procurou mostrar que a OSCIP Defender constituiu um instrumento de empoderamento e participação social na proteção do patrimônio cultural do referido município, podendo esta pesquisa servir de motivação para outras cidades e grupos se mobilizarem e se constituírem a fim de buscarem a garantia de seus direitos e melhora na qualidade de vida do coletivo.

Este trabalho está estruturado em três partes. A primeira caracteriza a região onde está localizada a cidade de Santo Ângelo onde suas origens, repovoamento e atualidade contextualizam a formação histórica desta localidade a fim de mostrar os



principais elementos que a constituíram. O segundo capítulo expõe teoricamente os conceitos de democracia e participação a fim de discorrer sobre suas principais características e mecanismos. O terceiro capítulo traz as principais ações desenvolvidas pela OSCIP Defender na cidade de Santo Ângelo, suas principais estratégias bem como narrativas dos principais agentes envolvidos nesta atuação a fim de diagnosticar seus principais impactos nas esferas públicas municipal e estadual.

Santo Ângelo possui suas origens na antiga redução de *San Angel Custodio*, a qual compôs um conjunto de 30 cidades desenvolvidas em um projeto audacioso da coroa Espanhola em organizar seu (novo) território na região platina. Interessamos aqui o território correspondente ao que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Habitavam nesta região três grandes grupos indígenas: os Guarani, os Pampeanos e os Jês, conforme nos mostra a imagem abaixo.

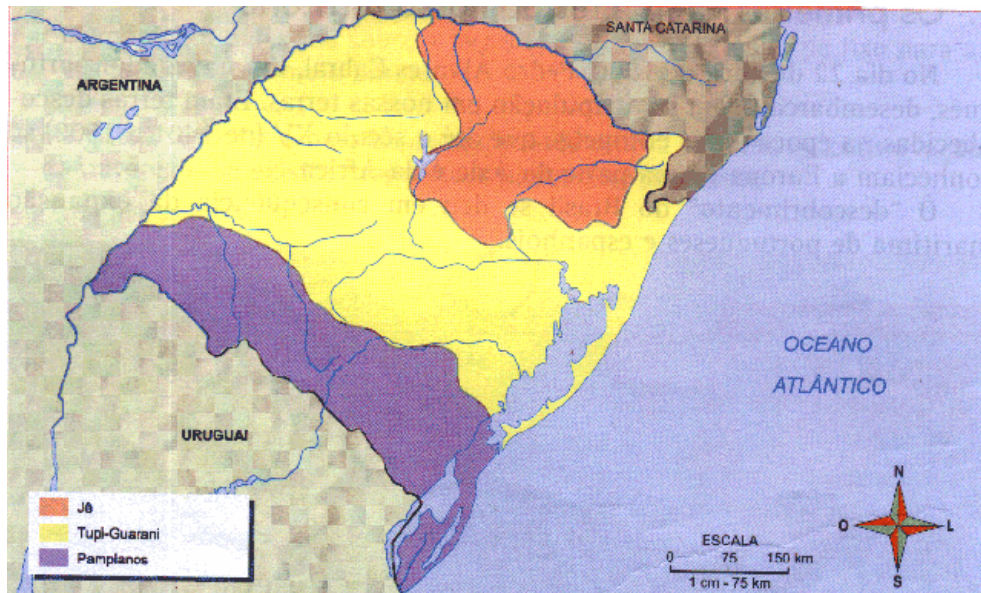


Imagem 01: Ocupação indígena no Rio Grande do Sul

Fonte: Arquivo Centro de Tradições Gaúchas Amigos da Cavalgada, 2013.

Faziam parte do grupo Pampeanos os índios Charruas<sup>4</sup> e Minuanos<sup>5</sup>. Já o grupo dos Jê<sup>6</sup> faziam parte os Kaingang. Os Guarani eram maioria e ocupavam desde o litoral, região central até a divisa com a atual Argentina. Esses grupos foram

<sup>4</sup> Índios do tronco Jê, grupo racial m'baya, aparentados aos guenoas, habitavam os territórios do Uruguai, Campanha e Campos Neutrais no Rio Grande do Sul e, depois da chegada dos ibéricos, parte das províncias de Corrientes e Entre-Rios. A origem do nome pode ser de como os chamavam os guerreiros e mercadores quíchuas do Império Inca – Char-uhas – isto é: ribeirinhos, em sua língua, já que viviam às margens do Rio Uruguai e do Prata. Do mesmo grupo tribal dos Yaros, minuanos, m'boanes e chanás eram hábeis cavaleiros e tiveram ativa participação na formação do Uruguai, de parte da Argentina e do Sul do Brasil. (PINTO, 2002, p.86)

<sup>5</sup> Ameríndios da grande família m'baya, como os charruas, yaros, m'boanes e chanás. Vivem em alguns lugares do Uruguai e do Rio Grande do Sul – à margem dos Charruas, e na Província de Entre-Rios e parte de Santa Fé de Corrientes. Caracterizavam-se por viver em pequenos grupos de 40 ou 50 famílias. Os últimos aldeamentos na margem oriental do Rio Uruguai foram localizados junto aos Rios Cacequi e Ibicuí, no Rio Grande do Sul, na metade do século 19. (PINTO, 2002, p.125)

<sup>6</sup> Constituem uma das populações mais antigas das Américas, em vida continuada que chegou até nossos tempos. Em tempos remotos chegaram ao litoral brasileiro, foram rechaçados pelos tupis e se concentraram ao sul do rio Amazonas, no Planalto Central do Brasil e suas proximidades. (...) Culturalmente vivem em um estágio atrasado de caça e coleta, com uma agricultura rudimentar aprendida com os tupis. (PINTO, 2002, p.115)

fundamentais na constituição das fronteiras geográficas existentes atualmente bem como em heranças culturais como idioma, gastronomia, pecuária e cultivos agrícolas no território gaúcho.

O território que hoje abrange o Rio Grande do Sul pertencia à coroa espanhola pelo Tratado de Tordesilhas o qual foi assinado no dia 04 de junho do ano de 1494 na cidade espanhola de Tordesilhas e procurava definir as terras que pertenceriam a Espanha e Portugal. Criava uma linha imaginária que limitava o território de domínio de cada coroa, sendo que as terras a oeste ficariam com o reino da Espanha e as terras a leste para Portugal tendo como ponto de referência 370 léguas de Cabo Verde.

Mesmo havendo este tratado, na prática, era quase impossível que fosse cumprido, sendo comum a invasão e posse de ambos os países em terras que não lhe pertenciam oficialmente. Sabe-se que Espanha e Portugal se despontaram como grandes descobridores através de suas incursões marítimas o que acarretava descobertas de novos territórios e o conseqüente conflito entre coroas. A criação e a organização de Reduções<sup>7</sup> fazia parte do projeto espanhol para controle e posse destas novas terras, criando assim uma fronteira limite que objetivava conter a invasão portuguesa em terras espanholas. Para isso, optou-se pelo trabalho através da fé junto aos que já habitavam este território - os índios Guarani - ao invés de expulsá-los e repovoar o território com outras etnias. Assim, Burda (2001, p. 19) afirma que “o Reino Espanhol traçava sua estratégia de dominação econômica da América do Sul: a conquista espiritual dos povos nativos”. Essa ação não visava apenas o controle sobre as terras, mas também todas as riquezas e possibilidades de lucros que pudessem ser obtidos sobre elas e por quem as habitasse.

Para a realização deste trabalho foram designados centenas de padres da Companhia de Jesus, ordem criada dentro da Igreja Católica pelo padre espanhol Ignácio de Loyola<sup>8</sup> no ano de 1534 (e reconhecida pelo Papa Paulo III no ano de

---

<sup>7</sup> O vocábulo “Redução” vem do latim “Reducere”, que significa conduzir. “Conduzir a um só local e a uma só fé” era o objetivo dos missionários jesuítas da época.

<sup>8</sup> Nasceu no Castelo de Loyola, em Guipuzco (Espanha), em 1491 e, como a maioria dos nobres de seu tempo, foi levado a prepara-se para o serviço das armas. De pagem do Rei Fernando V passou a oficial do exército espanhol e foi ferido pelos franceses, no cerco de Pamplona. Recolhido ao castelo de seu pai para o tratamento, entregou-se à prática da leitura e das orações, num profundo recolhimento que o levou a consagrar-se a Nossa Senhora de Monserrat (Cataluña) e recolher-se ao

1540) tendo como principal objetivo ações que contivessem o movimento protestante em uma ação da Contra Reforma. Tinha características militares e seus seguidores deveriam ter obediência e servidão total ao Papa. Ainda para Burda

Os jesuítas, muitos de origem nobre com excelente preparo educacional, eram renomados matemáticos, astrônomos, linguistas, músicos, historiadores e cientistas mas se expunham pessoalmente com seu exemplo de trabalhos rudes. (...) (2001, p. 19)

A missão empreendedora dos padres jesuítas requeria um alto nível de treinamento e capacidade para o desafio de atravessar oceanos a fim de desenvolver cidades através da catequização e evangelização dos nativos que aqui habitavam - os quais possuíam sua cultura e meios de organização social e religiosos próprios – exigindo dos padres habilidades no trato com o índio a fim de fazê-lo adaptar-se a uma nova organização social, diferente daquela vivida por eles até então. Ressalta ainda que

Os padres jesuítas de várias nações europeias, em conjunto com os padres espanhóis, agiam consoante os preceitos de sua fé cristã e missionária. Tinham o mesmo espírito da irmandade de Santo Inácio de Loyola. Usavam o catecismo e as pregações para convencerem os indígenas que a nova religião era necessária para a sua civilização. (BURDA, 2001, p. 20)

A noção de civilização é uma criação diferente do que pensava o Guarani. Para o índio a redução acabou servindo como uma espécie de proteção e estabilidade contra grupos indígenas inimigos e bandeirantes que assolavam e destruíam suas aldeias, o que os fez adaptar-se ao novo sistema sem deixar ou abandonar completamente sua cultura tradicional. Cabe ressaltar que em todo este processo foi a minoria dos índios que se reduziram nas cidades, permanecendo os demais na mesma forma em que viviam antes da chegada dos padres.

Além do trabalho espiritual desenvolvido junto aos reduzidos, os padres chegaram com um modelo de cidade já definido, o qual necessitavam implementar em cada cidade fundada. Neste sentido Kern alerta que

(...) Sabemos hoje que o traçado urbano dos povoados missionários evidenciam os projetos renascentistas de cidade planejada que os espanhóis incorporaram no século 16 à sua legislação colonial, mas

---

hospital de Manreza. Intensificou seus estudos de filosofia e teologia e iniciou as prédicas com tal veemência que foi levado por duas vezes a julgamento pela Inquisição: em ambas absolvido. Em 1528 foi para Paris completar seus estudos de teologia e filosofia e lá, junto com seis companheiros, numa pequena capela subterrânea da Igreja de Montmartre, fez os votos de consagrar-se à missão de conversão dos infiéis e de colocar sua vida à disposição da Igreja e do Papa. Recebeu os votos pouco tempo depois. (PINTO, 2002, p. 112)

igualmente demonstram as concessões que se fizeram aos indígenas, habituados às grandes casas (ocas) habitadas por famílias extensas. (1994, p. 25)

O autor ressalta a necessidade de adaptar o projeto espanhol às necessidades dos índios Guarani que participaram do processo reducional – tendo em vista que muitos índios não aceitavam a interferência do ‘homem branco’ em seu território e forma de viver - o que ocasionou inclusive o assassinato de padres como Roque Gonzales, João de Castilhos e Afonso Rodrigues (os quais são considerados mártires na Região Missões nos dias atuais). Ao todo 30 reduções foram desenvolvidas e no que hoje é território Brasileiro este processo se deu em duas fases: primeiro e segundo ciclo missioneiro.

O primeiro ciclo inicia com a chegada dos Jesuítas em 1626. Neste período, foram criadas 18 reduções e o gado bovino introduzido no que hoje é Rio Grande do Sul pelo padre Cristóvão de Mendonça. Em 1637, motivado pelos ataques dos bandeirantes às reduções, os índios são obrigados a migrarem e abandonarem suas cidades, não restando vestígios arquitetônicos e materiais de suas edificações neste período. Os bandeirantes invadem a região em busca de ouro e pedras preciosas e não tendo achado estes bens, optam por atacar e levar os índios reduzidos para serem comercializados como escravos. O primeiro ciclo termina e a região fica abandonada por aproximadamente 50 anos, até que em 1682 os índios e padres retornam para a região motivados pela vasta quantidade de gado que havia permanecido solto e se reproduzido abundantemente (o que origina as vacarias) e iniciam novamente a construção de cidades iniciando assim o chamado segundo ciclo missioneiro.

Neste período, sete reduções foram construídas: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697), São Luiz Gonzaga (1687) e Santo Ângelo Custódio (1706 – a última). Cada cidade tinha sua administração que era composta por um conselho de caciques juntamente com padres (geralmente dois) que atuavam na parte religiosa e financeira.

Santo Ângelo teve como padre fundador Diogo Hase além de índios da redução de Concepción (Argentina) e de São João Batista (Brasil). Foi fundada no ano de 1706 entre os rios Ijuí e Ijuizinho, sendo a missão transferida no ano de 1707

para o seu local definitivo de instalação (hoje cidade de Santo Ângelo) chegando a abrigar 5.417 índios no ano de 1753. No aspecto econômico Burda lembra que

Ao longo de 160 anos, duas culturas – a europeia e a guarani- organizaram um sistema colonial cooperativo, com economia baseada em diferentes formas de trabalho comunitário e na socialização da produção e do consumo, com considerável autonomia em relação ao regime colonial e a Coroa espanhola. (2001, p. 20)

Cada cidade se destacava na produção de alguns produtos, os quais serviam para consumo próprio, trocas entre reduções, exportação e pagamentos de impostos à coroa, sendo Santo Ângelo uma das principais produtoras de erva mate e algodão. Baioto e Quevedo afirmam que

Normalmente, os padres escolhiam lugares mais altos com abundância de matas e fontes de água, que pudessem abastecer as necessidades das reduções. Os jesuítas também procuravam se instalar perto das aldeias indígenas para atrair a atenção dos silvícolas e facilitar assim seu trabalho cristianizador. (1997, p.12)

Esse cuidado na escolha da área a ser desenvolvida a cidade era motivado por aspectos de proteção, segurança, visibilidade, terras férteis e com abundância de água para o abastecimento da cidade, cultivos e trato de animais. Na imagem abaixo, pode-se perceber a planta e o traçado urbanístico de uma redução, composta por igreja, casa dos padres, escola, cotiguaçú (casa das viúvas e órfãos), casas dos índios, cabildo (sede administrativa) quinta (horta e o pomar) e praça. As casas eram coletivas e abrigavam várias famílias, sendo a praça o centro da cidade bem como o espaço para a realização de procissões e treinamentos militares. A cidade era planejada para atender às necessidades dos índios e padres que ali habitavam e deveriam proporcionar que o padre tivesse sempre controle sobre as atividades ali desenvolvidas, facilitando assim seu trabalho de catequização e evangelização.

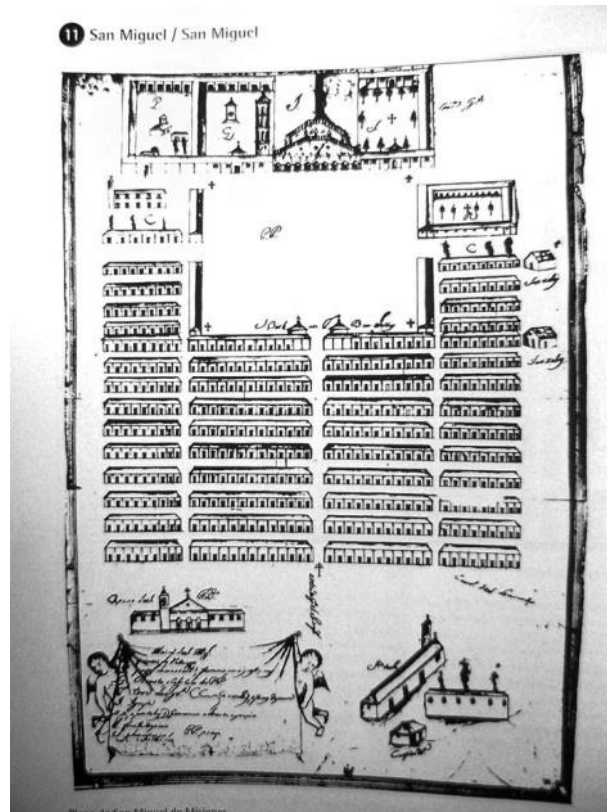


Imagem nº 02: Planta Característica das Reduções

Fonte: Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguai y Brasil.

Referente à distribuição espacial da redução de Santo Ângelo Custódio Bisonhim (2011) lembra que

Segundo o engenheiro José Maria Cabrer em 1794, o plano urbanístico desta redução, contava com o núcleo central formado pela praça onde se realizavam as atividades religiosas, civis e militares. Limitada norte pelo complexo da igreja, claustro, oficina, cemitério e a quinta dos padres, o povoado desenvolvia-se num traçado regular, através das ruas em forma de grade, permitindo a circulação e o desenvolvimento das atividades diárias dos índios. Quanto às casas dos índios, eram cobertas de telhas, tinham alpendres para que pudessem circular abrigados da chuva e do sol. Conforme resultados obtidos em escavação arqueológica em Santo Ângelo, evidências de uma casa de índio foram identificadas, durante monitoramento arqueológico nas obras de ampliação do Hospital Santo Ângelo, apresenta quatro cômodos, cada qual acomodava uma família. (2011, p. 54)

A narrativa de viajantes que passaram pela região nos séculos seguintes às Missões são fundamentais para que nos dias atuais tenhamos uma noção maior (no caso dos locais onde não há tantos vestígios arquitetônicos deste período), aliados obviamente ao trabalho de arqueologia e de historiados que atuam na descoberta de muitos aspectos relacionados ao tema. Sobre os Sete Povos, Santos lembra que

O apogeu jesuítico que se acentuara em 1732, alcançando uma população de aproximadamente 40 mil habitantes e aproximadamente um milhão de cabeças de criações de várias raças nos 'Sete Povos' sofreu um violento impacto com o tratado de limites Espanha-Portugal, no qual coube a segunda nação a posse de toda a zona 'missioneira' com todas suas benfeitorias, sem que para isso houvesse qualquer indenização. (1986, p. 47)

O declínio das reduções do lado oriental do Rio Uruguai iniciou com a assinatura entre as coroas do Tratado de Madri no ano de 1750 o qual trocava os Sete Povos das Missões por Colônia de Sacramento<sup>9</sup>, definindo novamente os limites territoriais da região. Os índios Guarani deveriam abandonar as Missões e se deslocarem rumo à banda ocidental do Rio Uruguai. A resistência dos índios em abandonar suas terras e tudo que haviam construído resulta na Guerra Guaranítica, onde exércitos de Espanha e Portugal através da força e batalhas fazem cumprir as novas demarcações entre as colônias.

O índio Guarani que sobrevive foge para território seguro ou se mescla aos novos habitantes e imigrantes que ocupam este território ao longo das décadas que seguem. Os padres jesuítas são expulsos no ano de 1757. Abandonada e desprotegida a região ainda é saqueada conforme nos lembra Santos

Os Sete Povos foram vítimas da incompreensão dos governos de Espanha e Portugal e da insidiosa campanha para a destruição do chamado 'poder jesuítico'. Fator preponderante foi o péssimo regime administrativo post-jesuítas e vinte anos de contendas entre forças orientais e brasileiras que transformaram a região missioneira em campos de batalha. Vieram depois os saques dos invasores Artigas, Rivera, Chagas dos Santos e outros. (1986, p. 50)

Encerra-se um ciclo e o fim de um projeto que durou 160 anos, deixando além de um vasto patrimônio material um legado identitário e imaterial que perdura até os dias atuais na população que vive nesta região, sendo necessário uma atuação efetiva que proteja estes bens, assim como aqueles construídos pelas várias etnias que a repovoaram.

---

<sup>9</sup> Localizada na frente de Buenos Aires na margem oriental. Dom Afonso VI, rei de Portugal, pretendia fixar uma posição de ocupação à margem do Rio Uruguai e na fronteira natural do rio da Prata. (PINTO: 2002, p. 88)



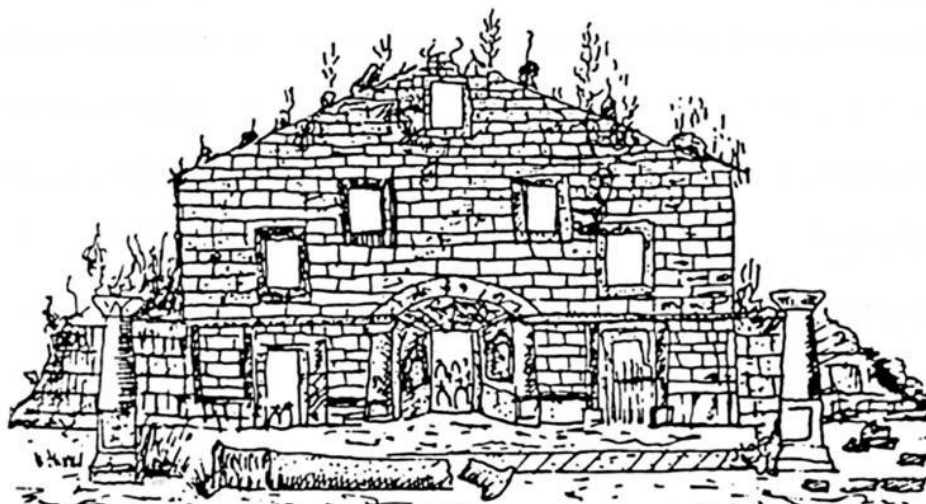


Imagem nº 03: Santo Ângelo em Ruínas

Fonte: FURLONG, 1962. Gravura mostrando a parede frontal das ruínas de San Angel Custódio no ano de 1860.

Em Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja as cidades construídas pelos repovoadores imigrantes foi exatamente 'em cima' das ruínas destas reduções, reutilizando os materiais que sobraram bem como o mesmo traçado urbanístico, restando muito pouco das construções reducionais. Já as ruínas de São João Batista, São Nicolau e São Lourenço são declaradas patrimônio histórico e cultural do Brasil pelo IPHAN, sendo sítios arqueológicos visitados por turistas do mundo inteiro que buscam conhecer um pouco mais da história desta região. Baptista e Santos, sobre a formação social deste território lembram que

O antigo território missional parece permanentemente ocupado por indivíduos resultantes do vai-e-vem das fronteiras dos impérios ibéricos e da criação de gado em estâncias, marca da economia da região. (...) Vale apontar que as condições econômicas desses novos grupos são absolutamente precárias. (2010, p. 133)

O autor reforça ainda que a mistura étnica e cultural ao longo do tempo é característica da região, e seus habitantes, através de fusões culturais resultam no gaúcho<sup>10</sup>, figura característica do campo e de habilidades no manejo e criação de animais.

Compõe-se, assim, uma mistura cultural (então tida por racial) que em muito impressiona os viajantes, como já ocorria em São Miguel na primeira metade do século: "Uma população composta de todos os elementos

<sup>10</sup> Como se chama o campeiro da região pampeana. No Brasil diz-se gaúcho para o natural ou relativo ao Estado do Rio Grande do Sul. Rio-grandense. (PINTO, 2002, p. 102)

imagináveis da Europa, da África e da América, na qual está formalmente representado o elemento índio. (2010, p. 136)

Uma das características que predominará a formação do município é a diversidade étnica, resultante de vários grupos que repovoam estes territórios, trazendo consigo suas culturas, hábitos, costumes e formas de produção, iniciando uma nova etapa social e econômica na cidade, construindo assim referências patrimoniais (materiais e imateriais) vividas até hoje pela população desta região.

### 1.1 O Repovoamento

Cabe lembrar que a cidade de Santo Ângelo se desenvolveu exatamente no mesmo espaço onde se localizava as antigas edificações da Redução de Santo Ângelo Custódio, sendo utilizada sua mesma distribuição geográfica e urbanística para a construção de uma nova cidade. Freitas lembra que

Em 1831 tem início a reocupação da região, quando chegaram os primeiros portugueses em busca dos antigos caminhos jesuíticos. A primeira solicitação de sesmaria próxima às ruínas da antiga redução de Santo Ângelo foi de iniciativa de Francisco de Paula e Silva, seguida de outros paulistas, goianos e paranaenses. A doação destes lotes garantiria a posse e fixação deste território, sempre ameaçado de novas invasões. (2005, p. 43)

Após a vinda de portugueses iniciam a chegada de imigrantes que se instalam na região, construindo casas e comércios. Santo Ângelo ganha o status de freguesia no ano de 1859. Se emancipa do município de Cruz Alta em 1873 (através da lei nº 835 de 22 de março) sendo a administração feita por um colegiado que escolhia o seu presidente.

O quadro abaixo expõe a cronologia administrativa da cidade através de seus gestores, denominados inicialmente de intendentess e posteriormente Prefeito Municipal.

Tabela nº 01: Cronologia dos Intendentess e Prefeitos de Santo Ângelo

NOME	PERMANÊNCIA NO CARGO
<b><i>Intendentess de Santo Ângelo</i></b>	
Firmino de Paula	1892-1896
Vidal Rolim de Moura	1896-1900
Bráulio de Oliveira	1900-1916
Álvaro Alves da Oliveira	1916-1918
Joaquim Rolim de Moura	1918-1920

Bráulio de Oliveira	1920-1924
Carlos Kruehl	1924-1928
<b>Prefeitos de Santo Ângelo</b>	
Ulysses Rodrigues	1934-1935
Cícero Jaime da Fonseca	1935-1935
Raul Oliveira	1935-1938
José Cezimbra Machado	1938-1939
Policarpo Gay	1939-1944
Tótilas Carvalho	1944-1947
Pio Muller da Fontoura	1947-1950
José Carlos Kist	1950-1951
Odão Felipe Pippi	1952-1955
José Carlos Kist	1956-1959
Odão Felipe Pippi	1960-1963
Siegfried Ritter	1964-1969
Ricardo Leônidas Ribas	1969-1973
Siegfried Ritter	1973-1974
José Alcebiádes de Oliveira	1974-1977
Carlos Wilson Scroder	1977-1982
Alberto Wachter	1982-1983
Mauro Azeredo	1983-1988
Luiz Valdir Andres	1989-1992
Adroaldo Loureiro	1993-1996
José Lima Gonçalves	1997-2004
Eduardo Debacco Loureiro	2005 - 2012
Luiz Valdir Andres	2013 – atual.

Fonte: Arquivo Museu Municipal Dr. José Olavo Machado.

## 1.2 Atualidade

Atualmente o município de Santo Ângelo possui 78.836 habitantes segundo o Senso realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma área de 680.498 Km<sup>2</sup>, distribuídos conforme faixas etárias demonstradas tabela abaixo:

Tabela nº 02: Contagem Populacional Senso 2010 IBGE

Idade	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	1.863	1.883
5 a 9 anos	2.603	2.569
10 a 14 anos	3.134	3.061
15 a 19 anos	3.289	3.250
20 a 24 anos	3.119	3.101
25 a 29 anos	2.922	2.931
30 a 34 anos	2.638	2.888
35 a 39 anos	2.675	2.862
40 a 44 anos	2.613	2.987
45 a 49 anos	2.524	2.902

50 a 54 anos	2.258	2.538
55 a 59 anos	1.905	2.191
60 a 64 anos	1.506	1.798
65 a 69 anos	1.106	1.339
70 a 74 anos	887	1.074
75 a 79 anos	547	851
80 a 84 anos	332	562
85 a 89 anos	139	305
90 a 94 anos	57	129
95 a 99 anos	9	34
Mais de 100	5	6

Fonte: Senso IBGE, 2010.

A tabela nos fornece um parâmetro das distribuições de idade entre homens e mulheres da população geral residente no município no ano de 2010. Desta forma sabe-se que 14,17% da população santo-angelense é idosa (acima de 60 anos) e 85,8% corresponde a faixa etária dos 0 a 59 anos. Chama a atenção pelo fato de 11 pessoas (na época deste senso) terem mais de 100 anos de idade.

A economia do município é baseada no comércio e prestação de serviços (terceiro setor), conforme nos mostram também os dados do IBGE.

Tabela nº 03: Produto Interno Bruto de Santo Ângelo 2010

Agropecuária	86.631
Indústria	236.120
Serviços	868.315

Fonte: IBGE, Senso 2010.

O terceiro setor predomina na economia do município, seguido da indústria e por último a agropecuária. O segmento do turismo é responsável por atrair milhares de pessoas ao ano conforme nos mostra a tabela a seguir:

Tabela nº 04: Média de Turistas Anuais em Santo Ângelo 2010-2013

Ano	Internacionais	Nacionais	Estaduais	Municipais	TOTAL
<b>2010</b>	301	2.839	28.212	5.713	<b>37.065</b>
<b>2011</b>	165	2.634	24.165	4.554	<b>34.143</b>

<b>2012</b>	222	2.881	26.642	4.272	<b>34.517</b>
<b>2013</b>	410	3.969	25.011	4.547	<b>34.068</b>

Fonte: Museu Municipal Dr. José Olavo Machado. Santo Ângelo, 2013.

Esses dados se referem ao registro realizado pelo Museu Municipal Dr. José Olavo Machado o qual possui o controle de seus visitantes. Essa é a única média de turistas realizado em Santo Ângelo, o que nos faz usá-la como um parâmetro nesta pesquisa pelo fato do museu se localizar no Centro Histórico da cidade e ser um dos principais atrativos e instrumentos culturais da cidade. Pelos referidos dados percebe-se que a maioria dos turistas são provenientes do próprio Estado do Rio Grande do Sul, provavelmente estudantes do ensino fundamental que possuem na grade curricular do 5º ano o estudo da história regional – o que motiva muitos a virem até a região conhecer *in loco* os atrativos existentes que auxiliam professores na educação desta disciplina.

Dentre os atrativos culturais de Santo Ângelo destacam-se: o Centro Histórico, a Catedral Angelopolitana, Praça Pinheiro Machado, Museu ao céu aberto (janelas arqueológicas), Prefeitura Municipal, Museu Municipal, Memorial a Coluna Prestes (Estação Ferroviária), Monumento ao Índio Sepé, Capela Colégio Tereza Verzeri (e memorial), Museu Marechal Cândido Rondon (Quartel do 1º BCom) e Centro Municipal de Cultura. Além dos atrativos citados, o município realiza e recebe diversos eventos de grande porte os quais são responsáveis por atrair milhares de visitantes, como por exemplo: Fenamilho (Feira Internacional do Milho), Canto Missioneiro da Música Nativista, Carnaval de Rua, Festival Cidade das Tortas, Natal Cidade dos Anjos, Via Sacra Missioneira (páscoa), Feira do Livro. Se destaca também como polo educacional na região, contando com universidade e faculdades as quais oferecem dezenas de cursos para milhares de estudantes das mais variadas procedências do Rio Grande do Sul.

Nas questões relacionadas à proteção patrimonial, Santo Ângelo possui atualmente um Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural<sup>11</sup>, composto por dez conselheiros (cinco da sociedade civil e cinco de órgãos da prefeitura) o qual atua auxiliando no debate referente aos bens culturais

<sup>11</sup> Lei nº 3.365, de 31 dezembro de 2009.

da cidade bem como na elaboração de sugestões e fiscalização do poder público nestas questões. O Movimento Pró-Memória é um grupo independente composto por pessoas dos mais variados segmentos sociais que atuam em defesa do patrimônio histórico no município, realizando eventos, homenagens, exposições que visem alertar a comunidade da importância destes bens para a cultura coletiva. Estes órgãos, aliados a outros como Academia de Letras e intelectuais de distintas áreas são relevantes na trajetória de proteção patrimonial existente em Santo Ângelo em especial nas últimas décadas. Cabe ressaltar que o primeiro conselho criado no município especificamente para atuar nesta temática foi no ano de 1982, através da Lei nº 653 de 17 de março, criando então o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural a qual teria como principais atribuições “assessorar e colaborar com a administração pública”, sugerindo e orientando o governo sobre questões relacionadas ao patrimônio existente na cidade.

Essa institucionalização, desde a década de 80, se dá provavelmente pela expansão da temática na região, incentivadas pelos remanescentes arquitetônicos das Ruínas de São Miguel das Missões (localidade pertencente a Santo Ângelo<sup>12</sup>) e declarada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO no ano de 1983. Desta maneira, podemos dizer que a sociedade civil teve participação ativa nas últimas décadas em instâncias de participação ou organizações civis independentes que atuaram na salvaguarda dos bens materiais existentes na cidade e região. Apesar de muitos exemplares e prédios históricos terem sido perdidos também neste período, a atuação que se tem hoje na cidade é uma construção permanente desta época, onde novos grupos, atores e entidades surgiram, renovando a atuação e aperfeiçoando as estratégias para criar suas agendas em prol da cultura e identidades locais.

---

<sup>12</sup> São Miguel se emancipa de Santo Ângelo em 1988.

## 2 DEMOCRACIA

Nunca se discutiu tanto democracia como nos séculos XX e XXI, provavelmente pela necessidade após períodos de guerras e ditaduras que marcam a história de muitos países mundo a fora. Podemos conceber a democracia como sendo a capacidade do povo de decidir os rumos da sociedade, ocupando os espaços e estruturas do Estado, monitorando e controlando as ações governamentais. Para Bobbio (1979) democracia se constitui em um conjunto de regras para a constituição de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar, o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas.

Para Kelsen (1929) a democracia dá a cada convicção política a mesma possibilidade de exprimir-se e de buscar o ânimo dos homens através da livre concorrência. Já para Weber uma vez exercido o direito de voto e sagrados os vencedores do pleito eleitoral, a vontade popular estaria atendida, cabendo aos seus representantes, de maneira autônoma, a direção governamental do país. Para ele, a participação popular se resume ao sufrágio universal, sendo o processo democrático somente na escolha e legitimação dos governantes, não cabendo a estes atuar em função da vontade das massas. Bobbio (1979) radicaliza o argumento de Weber, afirmando que o cidadão, ao fazer a opção pela sociedade de consumo de massa e pelo Estado de bem-estar social, sabe que está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidas em favor de burocracias privadas e públicas. Schumpeter (1942, p. 242) afirma que o processo democrático é um método político, um certo arranjo institucional para chegar a decisões políticas e administrativas.

Como podemos analisar, muitos foram os modelos e conceitos de democracia pensados ao longo do tempo como uma nova forma de organização social, só que, no entanto, tais espaços foram ocupados, via de regra, por membros da elite e detentores de bens e capitais, que viam o povo apenas como legitimador de seus poderes e não como pessoas preparadas para ocuparem espaços relevantes de decisão e de governos. Demo possui uma visão realista sobre o assunto, sendo que para ele

Nossa sociedade é miserável em termos políticos porque ainda é uma senzala. A própria alegação constante de que somos um povo pacífico, que não deseja violência, esconde uma forma soturna e não menos gritante de violência, pois vende-se como como traço interessante o que no fundo não passa de marca da subserviência. (1996, p. 43)

Tal afirmativa instiga a reflexão sobre aspectos não colocados em prática num sistema democrático, as falsas atuações e participações da sociedade nos assuntos que lhe dizem respeito e impactam diretamente. Essa não ação estaria relacionada a nossa história: baseada em falta de oportunidade e estímulo para participar, sendo escravos de mandos e desmandos de quem possui o poder para tal.

Democracia é uma forma de governo e de organização social muito recente. Começa a ter força no imaginário e campos políticos no final do século 18 - tendo em vista que não era bem vista por muitas pessoas e segmentos da sociedade. Ganha força após a Segunda Guerra Mundial em especial na Inglaterra, França e Estados Unidos. Sabemos que houveram três grandes ondas democráticas. A primeira ocorre entre 1828 e 1926 tendo como inspiração a Revolução Francesa, espalhando-se pelo Continente Europeu e América do Norte. Junto com ele houve uma 'onda reserva' caracterizada pela ascensão do fascismo e do nazismo ao poder. A segunda onda ocorre entre 1943 e 1962 com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo. Esta onda foi levada para a Alemanha Ocidental, Itália, Áustria e Coréia do Sul. A 'onda reserva' que acompanha a segunda onda ocorre entre 1958 e 1975 com os golpes militares que resultaram nas ditaduras latino-americanas. A terceira onda ocorre a partir de 1974 com a revolução dos 'cravos' que derruba a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano em Portugal. Estendeu-se para a América Latina no final dos anos 70 e início dos anos 80, se propagando para o leste europeu no final dos anos 90. Pode-se reparar que junto com estas ondas de democratização que ocorreram mundo a fora vieram acompanhadas de 'ondas reservas', as quais faziam um contraponto de resistência a estes movimentos democráticos e de liberdade.

Inicialmente os protestos eram a única forma de expressão e mobilização social. Com o tempo surgiram os primeiros grupos institucionalizados a lançar ações, como o grupo de Direitos Humanos e Feministas. No Brasil a participação política e democrática tem sido marcada por dois fenômenos importantes:

(...) a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas *instituições participativas*. Do lado da sociedade



civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário, uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação sobre políticas públicas. (Coelho, 2004; Cunha, 2004; Avritzer, 2006)

Hoje podemos dividir democracia em dois níveis: de baixa e alta intensidade. A democracia de alta intensidade pode ser caracterizada, contraponto a de baixa intensidade, as formas de participação na vida em sociedade experimentada em formas de organização além do Estado, a participação social busca no exercício compartilhado de poder, transformar as relações sociais e práticas culturais, que são perceptíveis no âmbito local, pois os indivíduos têm o direito de expressarem suas aspirações com liberdade e respeito às diferenças. Pressupõe a participação direta da sociedade no debate, na articulação de espaços criados e desenvolvidos para a captação de demandas e opinião para serem implementados pelos governos ou pela própria sociedade organizada. Bordenave nos lembra que

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que sofrem as consequências das decisões cá embaixo. (1994, p.34)

Quando se fala em democracia é obrigatório se falar em participação e mecanismos de inclusão da sociedade nos processos de gestão, atuação, fiscalização e decisão. Atualmente podemos citar como exemplos de ferramentas de participação e democracia de alta intensidade: os conselhos de políticas públicas (municipais, estaduais, nacionais), as conferências (municipais, estaduais, nacionais), orçamentos participativos, audiências públicas, consultas populares, dentre outros. Ressalta-se também a criação de entidades representativas da sociedade civil como associações, ONGs e OSCIPs para a atuação da comunidade em determinadas áreas de seu interesse. Podemos citar como exemplo as conferências nacionais que se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil, que têm desenvolvido uma tradição de conferências nacionais desde o início dos anos 1940, quando o governo Vargas convocou uma primeira conferência nacional de saúde, sendo potencializadas na última década em suas mais variadas áreas. Representam um encontro entre governo e sociedade civil para definir elementos bastante amplos da agenda de uma determinada política pública. Para Avritzer

Esse padrão modificou fortemente a ideia de autonomia da sociedade uma vez que, por mais paradoxal que pareça, a sociedade civil que reivindicou a sua autonomia em relação ao Estado foi a mesma que reivindicou arranjos híbridos com a sua participação junto aos atores estatais durante a Assembleia Nacional Constituinte. A maior parte das IPs tem a sua origem nos capítulos das políticas sociais da Constituição de 1988. Essa foi a origem das formas de participação no nível local, tais como os conselhos e as formas de participação incipientes no nível federal durante os anos 1990. (2012)

As conferências nacionais se firmaram nos últimos anos como a principal política participativa do governo federal e são resultado das reivindicações populares garantidas na Constituição de 1988. No entanto, ainda não está completamente claro se as pessoas que participam das conferências e conselhos detêm as informações necessárias para tal e se o processo de decisão é fortemente influenciado pelo governo ou não. Também não está completamente claro se as decisões tomadas e deliberadas (em ambas situações) são implantadas a posteriori (ou não) e de que forma elas ocorrem. Sobre isso, Avritzer comenta ainda que

(...) há uma participação efetiva nas conferências nacionais que expressa continuidade com as formas de participação que surgiram no Brasil durante a redemocratização. Essas formas de participação têm começado a influenciar o comportamento dos atores da sociedade civil. No entanto, não está ainda claro como as decisões são tomadas nas conferências e como elas pautam, de fato, o comportamento do governo. (2012)

Segundo pesquisa Vox Populi (2011), 42% da população já ouviu falar das conferências nacionais. Tal fato demonstra que elas constituem uma forma de participação conhecida por grande parte da população. A questão, no entanto, mais relevante é se os participantes têm acesso às informações necessárias para participar de forma eficaz das mesmas. Outros pontos a serem analisados são: a interferência e influência do governo nas decisões tomadas nas conferências; a falta de fiscalização e acompanhamento se o que foi deliberado foi executado no prazo estipulado (27,3% que afirmam que o governo implementa um número pequeno ou não implementa as decisões) – o que demonstra que a minoria das pessoas que participam das conferências acompanham a implementação ou não do que foi deliberado no evento.

Luchmann ressalta a importância da mobilização e a participação da sociedade civil organizada afirmando que

Entre o conjunto de sujeitos deliberativos, destaca-se o papel das associações “secundárias”, na medida em que representam os interesses de uma ampla base social que, de outra forma, se encontra sub-

representada. A atuação deste associativismo é fundamental para corrigir as desigualdades econômicas subjacentes e garantir “a competência regulatória requerida para a promoção do bem comum”.

Para o autor, um dos motivos para o associativismo das comunidades e grupos se referem ao fato destes serem sub-representados nas instâncias tradicionais, provavelmente pela falta de espaço e oportunidade, preconceito e injustiças perante a estes. Já Meiksins, por sua vez, critica o apoio do governo aos movimentos organizados, apontando que

(...) as instituições representativas não surgiram como solução para a impossibilidade da democracia direta em grandes Estados; foram, desde o início, pensadas como uma forma de reduzir a presença popular no governo, reservando-o para homens com características de elite. Os cidadãos comuns não escolhem um representante para promover seus interesses, formulação que lhes concede o papel ativo. Ao contrário, eles apenas reagem diante das ofertas que o mercado político apresenta. (1995)

Desta forma, o desenvolvimento de alternativas para a participação social nas decisões governamentais parte também da falta de espaços para a grande maioria dos segmentos sociais, que acham em suas mobilizações uma opção para unirem-se em prol de um objetivo comum. Estas muitas vezes marginalizadas em sua atuação, justificadas segundo Bordenave

Está em que a ‘marginalidade’ de alguns grupos não é, de maneira alguma, consequência de ‘atrasos’, mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido. O subdesenvolvimento de uns é provocado pelo ‘superdesenvolvimento’ de outros. Para que alguns possam acumular vastos patrimônios, outros necessitam ser explorados e sacrificados. Para que o poder se concentre em poucas mãos, a participação política da maioria da população deve ser coartada. (1994, p. 19-20)

A falta de oportunidade e de instrumentos para a sociedade civil participar faz com que a única forma destes grupos terem suas demandas ouvidas e difundidas é através de manifestações, greves, etc. A desigualdade que permeia a distribuição de bens, consumo e de acesso a direitos básicos para as camadas sociais menos favorecidas e exploradas pelos que detêm o capital são reflexo e resultado de um sistema que não inclui de forma democrática a sociedade, fazendo com que seus agentes busquem estratégias e formas de canalizar suas demandas e necessidades.

Uma das formas de participação e atuação social são as Organizações Não Governamentais, que são, segundo Delgado (2004) uma variedade ampla de grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo, caracterizadas por serem mais humanitárias ou cooperativas do que comerciais e

objetivas. Representam a reivindicação de autonomia da sociedade civil por parte dos atores sociais, em particular, durante o período de democratização. Para Demo elas representam

(...) a forma mais operacional de levantar a cidadania, e que puxa fortemente pela competência dos grupos. Sua qualidade passa por critérios já mencionados anteriormente: representatividade das lideranças, legitimidade do processo, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado. (1996, p.93-94)

Essas instituições captam e aglutinam as competências e qualidades existentes nos distintos grupos formadores da sociedade, que unem esforços e cooperação, legitimando demandas e auxiliando no desenvolvimento local e das instituições públicas – que são pressionadas a atuarem de acordo com as pressões exercidas por estes grupos.

Podemos citar também, aqui no Brasil, a criação do Orçamento Participativo pela Prefeitura de Porto Alegre (RS) no ano de 1989, o qual serviu de modelo a diversas cidades do mundo e que em suma possuía como objetivos principais: 1) participação aberta de todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; 2) combinação de democracia direta e representativa cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas, 3) Alocação de recursos para investimentos baseado na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, a compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros.

É uma ferramenta onde a própria sociedade decide e elege suas prioridades locais para investimentos a serem alocados pelo Estado nas respectivas áreas escolhidas pela comunidade local, objetivando o desenvolvimento daquela localidade e a melhora da qualidade de vida desta população. Neste processo baseado nos moldes do orçamento participativo possui maior êxito aqueles grupos, setores e movimentos sociais melhor organizados e com poder de mobilização e articulação – em primeiro lugar para suas demandas serem incluídas na pauta de debate e depois para que o grande público (sociedade) as escolham (através do voto) como as demandas prioritárias para aquela região. Desta forma, demandas que não estiverem na pauta de grupos organizados terão dificuldade de serem consideradas por este processo participativo.

Boaventura, sobre democracia de baixa intensidade, critica dizendo que

Quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extinção da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas. (s/a)

Na democracia de Baixa Intensidade as práticas democráticas servem apenas para constituir governos, sendo que não existem grandes processos participativos da população, atua de forma elitista e com jogos de interesses de grupos políticos. O cidadão comum não manifesta capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes a quem incumbe tomar as decisões em nome da coletividade. Demo (1996, p. 70) compactua desta ideia ao afirmar que “o Estado aprecia participação enquanto for fonte de justificação ideológica, ou seja, enquanto não atrapalha. Para além disso, põe-se a coibir”. Isso nos remete a dizer que nem todo o governo possui interesse em legitimar os espaços de participação e mobilização social, nem gerir e administrar junto à sociedade e suas reais demandas, princípios e necessidades.

Com a chamada 3ª Onda de Democratização (nos anos 90) há uma melhor articulação entre representação e participação, sendo possível a busca de uma democracia de alta intensidade, a qual é caracterizada pela atuação da sociedade nos processos decisórios, através de ferramentas que legitimam sua atuação e debate.

Há grupos bem mais representados na política do que outros, sejam na totalidade ou nos interesses de um grupo específico. Alguns segmentos não possuem representatividade no governo, mas possuem poder e clamor na sociedade, fazendo da participação uma ferramenta de equilíbrio nos processos decisórios.

Os processos de libertação e os processos de democratização parecem partilhar de um elemento em comum: a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada dos atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Os meios de comunicação surgem e facilitam o acesso às informações referente às ações de seus representantes. Entretanto, para Miguel, hoje

(...) a mídia desempenha mal esta tarefa, por diversas razões, que incluem os interesses dos proprietários das empresas de comunicação, a influência dos grandes anunciantes, a posição social comum dos profissionais do setor e a pressão uniformizadora da disputa pelo público.

Apesar de a comunicação ter ampliado seu espaço na sociedade, há ainda uma significativa parcela da população ainda não possui acesso a veículos de comunicação como televisão e a rede mundial de computadores. Da mesma forma, segundo o autor, a atuação destes meios é realizada de forma precária, tendenciosa, estando seus mandatários a serviço de um pequeno grupo que na grande maioria das vezes não está interessado efetivamente nas causas sociais.

Durante muito tempo participação e representação não se articulavam. Hoje, cada vez mais a democratização caminha para a união entre representatividade e participação. Um representante eleito jamais tratará de todas as questões e temáticas relevantes da sociedade e, sendo assim, os indivíduos, que também possuem seus interesses, se mobilizam em prol destes, cabendo aos representantes eleitos cuidarem das demais áreas. Daí a importância de integrar participação e representação, para que num trabalho sinérgico a sociedade sane suas deficiências e melhore a vida de seus habitantes.

A teoria democrática apoia a integração entre representação e participação e sua articulação através dos conselhos, assembleias, orçamentos participativos, entidades, a fim de tornar a democracia realmente de alta intensidade, reduzindo ao máximo qualquer efeito de baixa intensidade, pois o sentido da democracia é ampliar a participação e inclusão de todos em uma gestão compartilhada.

Há de se fazer muitas críticas aos países que possuem sua democracia em baixa intensidade. Locais assim ficam presos a vontades de grupos e elites, o povo não é agente ativo dos rumos da sociedade, pois apenas delega poder e representatividade a quem considera superior. Regiões que não desenvolvem instrumentos de participação e debate comunidade-governo tendem a não se desenvolverem e seu futuro não será favorável às pessoas que nela habitam. A comunidade precisa ser ouvida e estar inserida nos processos decisórios, bem como se organizar na busca de garantia de seus direitos. Nos locais onde as ferramentas existem, é preciso fazer com que estas sejam eficazes e tragam benefícios e desenvolvimento aos seus habitantes e naqueles onde é inexistente, criá-los. O controle social passa também pela fiscalização e monitoramento se o que for deliberado será realmente cumprido pelo poder público nos prazos e recursos estipulados.

Não há dúvidas de que uma democracia de alta intensidade traz muito mais benefícios para a sociedade, tendo em vista às ferramentas de participação direta e

indireta da comunidade que possui a chance de ser ativa e atuante nos temas que dizem respeito aos seus interesses a do coletivo. Cabe às pessoas se apropriarem destes espaços e os fazerem funcionar para que todas as áreas tenham participação, representação, ações e debate. Só assim o povo será soberano e democrático plenamente.

## 2.1 Democracia, Políticas Públicas e Participação

Vivemos em uma época onde há um reconhecimento da necessidade de participação cívica e democrática por parte da população em geral, tendo por consequência o aumento das ferramentas participativas em várias esferas e áreas, que se iniciaram no Brasil, em especial, nos anos 90 e que vieram se expandindo por toda a Nação na última década. É necessário, portanto, uma avaliação constante do controle societário (*accountability*) na vida democrática de uma sociedade. Sobre isso, Lavallo e Castello nos dizem que *accountability*

(...) é acionada por parte de atores coletivos em funções de representação que são desempenhadas *de jure* ou *de facto* perante o poder público e suas instâncias administrativas, tem grande relevância para a teoria democrática e para o futuro das inovações democráticas participativas ensaiadas ao longo dos últimos anos. (2008, p. 68)

Esta foi, sem dúvida, uma das principais práticas que alavancaram a democracia no Brasil nas últimas décadas, abrindo portas para que a população participasse além do voto nas decisões governamentais. Ressalta-se a importância desta ferramenta, também, para o futuro e desenvolvimento pleno das ações que visem à prática democrática pelas instituições nas instâncias participativas onde a sociedade atua. Dália contribui afirmando que

(...) *Accountability* democrática tem sido um dos temas freqüentes nas discussões políticas contemporâneas, abrangendo estudiosos, *policy-makers* e cidadãos. Atualmente é comum empregar *accountability* ao enfatizar a atividade do administrador público em apresentar informações sobre sua gestão para a população, principalmente no sentido de prestar contas das suas atividades governamentais. (2005)

A fiscalização e monitoramento das ações do governante deveriam ser tema de interesse da sociedade como um todo, dependendo, inclusive, dela. Toda a ação coletiva tende a ser muito mais eficiente do que uma meramente individualizada e é neste contexto em que os cidadãos são instigados a atuarem e fiscalizarem os atos

públicos de sua área de atuação ou interesse, bem como os gestores públicos prestarem contas de seus atos ao coletivo.

Podemos medir o grau de democratização, institucionalização e representação de uma localidade através das ferramentas que esta cria e desenvolve a fim de incluir novos agentes da sociedade nos processos decisórios e de debate, tendo em vista que esta possui muito a contribuir para a gestão e desburocratização dos serviços públicos e suas gestões. A democracia só se expandirá realmente quando for amparada em alicerces de valores democráticos pela população, que através de práticas democráticas dará dinâmica e movimento às ações de interesse coletivo. Nesta ideia, Lavalle e Castello complementam afirmando que

(...) No caso do controle social, sempre que se fala em nome de alguém, ou o sujeito da fala comparece como membro de uma entidade ou grupo nas inovações institucionais participativas e nos espaços de negociação, a lógica da auto-apresentação como explicitação de interesses e opiniões individuais, própria da participação, é substituída pela lógica da representação. (2008, p. 68)

De uma forma legitimada, o representante de uma entidade também exerce uma representação em nome de um grupo, devendo também prestar contas sob pena de ser deposto de suas atividades, pois o grupo espera que suas demandas sejam canalizadas da melhor forma possível objetivando supri-las. Há muito mais chance de se atingir os objetivos almejados se a comunidade estiver organizada institucionalmente do que um cidadão de forma isolada. As demandas são expostas e direcionadas através dos canais de participação de forma a contribuir com o debate e apresentando novas pautas e agendas aos órgãos de governo oficiais. A pluralidade dos movimentos sociais organizados é de extrema importância para o fortalecimento das práticas democráticas de uma localidade. Cada área pode ter uma forma específica para se expressar e atuar socialmente, necessitando apenas ser criado, estimulado e desenvolvido – o que deve partir da própria sociedade. É o capital social o responsável, diretamente, pelo desenvolvimento de uma localidade, não devendo esta esperar que todas as ações e pautas venham do poder público – pois é ela, enquanto sociedade – a mais interessada em desenvolvê-las.

Um dos aspectos mais relevantes na temática é de que forma fazer as práticas democráticas se tornarem eficazes e cumprirem seus objetivos, capacitando seus agentes, bem como instigar as cidades a adotarem canais participativos focados no debate entre comunidade x governo. A sociedade precisa ajudar na



criação e consolidação de mecanismos de controle da gestão pública, seja através de conselhos, fóruns, audiências públicas, colegiados, orçamentos participativos, Ong's, Oscip's, dentre outros – os quais monitorarão as ações dos governos, garantindo que estas sejam feitas em prol da população e sua qualidade de vida. Em muitos casos, infelizmente, os próprios governos agem contra as ações de organização civil, como expõem Lavallo e Castello

(...) Os governos locais podem ser mais ou menos favoráveis, e até contrários, ao funcionamento dessas modalidades de representação política pela via das organizações civis, mas, definitivamente, não está em suas mãos banir sua existência. Além da estrutura dos conselhos em diferentes áreas de políticas com mandato constitucional, a multiplicação de fórmulas de cogestão animadas pela reforma do Estado dos últimos anos e a expansão das experiências de orçamento participativo por todo o território do Brasil (...). (2008, p.81)

Como já foi ressaltado, independente do incentivo do governo, a sociedade deve buscar mecanismos de controle e fiscalização das ações governamentais, tencionando o próprio Estado a agir e administrar conforme as demandas sociais. Em muitos casos, as pessoas (através de ONG's e OSCIP's) conseguem desempenhar um papel na sociedade com muito mais resultados para a sociedade do que os próprios governantes. Não são poucos os casos de governos que não aceitam formas de participação ou de controle social sobre suas ações, não legitimando e criando conselhos, não dialogando com a sociedade e agindo como se fosse a única responsável pela tomada de decisões. Este tipo de gestão é ultrapassada e tende a fracassar. Sobre as organizações Lavallo e Castello afirmam que

(...) Trata-se não apenas de entidades criadas especificamente para representar os indivíduos ou atores coletivos envolvidos em sua criação, mas também, e, sobretudo, de organizações civis que representam interesses delimitados e instituídos mediante o ato de sua própria fundação. (2008, p.78)

Uma entidade nasce com um propósito comum entre os que a constituem, representando esta finalidade e objetivo coletivo, necessitando suas ações estarem de acordo com suas propostas, tendo sua agenda formada por estratégias que visem atingi-las. O ideal é que ocorra sempre o debate entre ambos, a fim de facilitar o desenvolvimento de ações e projetos relevantes a todos onde o coletivo saia fortalecido. Quando estas ferramentas se consolidam em uma sociedade, ocorre um efeito multiplicador democrático muito importante, pois novos atores passam a se sensibilizar e atuar em entidades civis em prol de todos, acarretando um círculo

vicioso benéfico para a sociedade, motivando-a a desenvolver tais ferramentas e estratégias de atuação, cabendo às pessoas se destas disponíveis de participação e aumentarem o grau de institucionalização em suas cidades.

Com o desenvolvimento de práticas como a “accountability societária” a democracia só tende a sair mais fortalecida e desenvolvida e o povo cada vez mais participativo, tornando a comunidade mais incluída no que se referem às decisões coletivas tomadas pelos governantes bem como às aplicações do dinheiro público, auxiliando inclusive no planejamento da cidade. Não há dúvidas de que sua aplicabilidade só traz benefícios coletivos, auxiliando na formação de uma consciência coletiva e crítica dos atores sociais, que terão mais espaço, voz e vez na fiscalização das esferas públicas.

A accountability representa o controle da sociedade sobre o governo, de uma forma vertical, que não a tradicional em uma relação eleitoral, mas sim de uma mobilização civil para que o governo corrija posturas e atenda expectativas que a sociedade possui. Este controle realizado acarreta sanções que a sociedade impõem aos governantes – de forma simbólica e não administrativa – através da opinião pública compartilhada, dificultando a legitimação dos representantes e governos, fazendo-os ganhar ou perder eleições, em um reflexo no sistema eleitoral. Esse controle realizado aos governantes cria status e imagens que estes levarão em sua vida política, a qual a sociedade lhes marcará conforme seu trabalho, atuação e prestação de contas, sendo do interesse político dos governantes que esta imagem seja a melhor possível – sendo que para isto deverá ter dialogado e criado espaços para a participação da sociedade em seus governos.

A necessidade desse controle social é resultado da ineficiência dos mecanismos de controle oficiais e institucionalizados, os quais não respondem e atuam conforme as necessidades da sociedade, que acaba se organizando e realizando por conta um controle sobre o governo ou em sua área de interesse direto, fiscalizando, cobrando, pressionando, acompanhando e compartilhando informações e ações por estes realizadas.

As eleições não esgotam as possibilidades de accountability vertical tendo em vista que após a Constituição de 1998 outras formas e instituições de controle foram desenvolvidas no Brasil, como por exemplo, o Ministério Público o qual é acessível a todos os grupos e cidadãos na garantia de seus direitos. Além disso, houve um forte

ativismo por parte do Judiciário, que começou a atuar em temas que até então não faziam parte de sua agenda de atuação, como por exemplo, as ações do legislativo. Aliam-se a estes mecanismos os conselhos e conferências, os quais empoderam a sociedade civil no controle das ações governamentais.

O exercício da democracia e do controle social vão além e ultrapassam as eleições, pois são (e devem ser) praticadas e exercidas cotidianamente pela sociedade, através de seus mecanismos de controle e de participação, auxiliando na constituição de uma democracia plena, igualitária e acessível a todos.

O accountability societário instrumentaliza as comunidades a terem as ações governamentais de seu maior interesse monitorados e sob controle, fazendo com que os governos se atentem mais às demandas da sociedade e seus grupos sob pena de sofrerem pressões e sanções por parte da comunidade que está alerta ao que lhe atinge diretamente pelas decisões políticas tomadas nestas esferas. Certo é que desta forma os ocupantes de cargos governamentais pensarão melhor antes de tomar decisões, pois estarão sob controle da sociedade – que almeja ações eficientes, coerentes e que sanem seus problemas.

Estes instrumentos precisam se expandir mais para que a maioria das pessoas tenham acesso e (re) conheçam os mecanismos para controle como garantia de seus próprios direitos. Para isso a educação e a emancipação dos agentes sociais surgem como as ferramentas ideais para que tais mecanismos sejam apropriados e incorporados na sociedade (e seus grupos organizados) – a fim de que o controle da sociedade no que se refere ao público seja cada vez maior e eficiente. Quando isso ocorrer de forma ampla e responsável, as eleições serão apenas mais um dos momentos de controle social - e talvez não o principal - formando um sistema que se bem executado pela sociedade só trará benefícios gerais a todos e o governo terá de atender de uma forma maior aos anseios da população e não apenas seus próprios interesses políticos ou de barganhas pelo poder. Além de um direito garantido, o monitoramento é obrigação da sociedade que deseja se desenvolver e solucionar seus problemas em uma gestão compartilhada, onde todos são responsáveis pelas conquistas ou retrocessos do coletivo, entretanto, cabe à sociedade se colocar no papel de protagonista desta vigilância,

chamando para si essa responsabilidade, tendo como objetivos uma sociedade melhor para todos.

### 3 OSCIP DEFENDER: ATUAÇÃO EM SANTO ÂNGELO-RS

A atuação da OSCIP Defender no município foi decisiva para a criação de uma agenda de ações e debates relacionados aos meios pelos quais o patrimônio ali existente seriam salvaguardados – e a importância da participação da sociedade civil organizada nesse processo. A premissa de uma entidade de interesse público são as ações coletivas, as quais Scherer-Warren justificam

(...) como um conceito empírico para se referir a toda e qualquer forma de ação reivindicativa ou de protesto realizada através de grupos sociais, tais como associações civis, agrupamentos para a defesa de interesses civis ou públicos comuns, organizações de interesse público. Dessa forma, a noção de ação coletiva é genérica e abrangente, referindo-se a diferentes níveis de atuação, dos mais localizados e restritos (uma ONG, por exemplo), aos de um alcance mais universal na esfera pública (um movimento social propriamente dito, por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra - MST). (2006, p. 01)

A prática de estratégias elaboradas pelo coletivo, que objetivam o desenvolvimento de determinada área são focos comuns de agentes que se unem institucionalmente, cooperando entre si, com outras instituições e também com governos, legitimando e consolidando estes agrupamentos criados pela sociedade para comprimirem suas metas. Tem-se assistido nas últimas décadas a emergência de novos sujeitos e atores sociais que sentem a necessidade de agruparem-se em prol de um objetivo em comum, reivindicando direitos e ações por parte dos governos a fim de obterem conquistas e melhoras sociais para o grupo ao qual pertencem. A autora lembra ainda que tais movimentos envolvem

(...) uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolhas entre formas alternativas de comportamento. Os movimentos sociais seriam uma das possibilidades dessas ações. Portanto, segundo Melucci, o movimento social, enquanto categoria analítica, é reservado ao tipo de ação coletiva que:

1. envolve solidariedade;
2. manifesta um conflito;
3. excede os limites de compatibilidade do sistema em relação à ação em pauta. (2006, p.02)

Há nestes grupos, objetivos e formas de relacionamentos peculiares dependendo da área de atuação e interesses destes, que nortearão suas estratégias e relações entre si, com o restante da sociedade e com os órgãos governamentais nas mais diversas esferas. Surgem da necessidade ou de um conflito existente que precisa de solução e desta forma unem pessoas de forma solidária e cooperativa que se articulam e criam fronteiras para atuarem. Quanto maior for o nível de organização e articulação, melhores serão as chances do grupo organizado atingir

seus objetivos. A lei que cria o terceiro setor (nº 9.790\99) – a qual estas entidades se enquadram - visa estimular e fortalecer o chamado capital social bem como a favorecer a relação entre sociedade civil e Estado. Neste sentido, segundo Ferrarezi

(...) a lei das OSCIPs parte da ideia de que o público não é monopólio do Estado. De que existem políticas públicas que não devem ser feitas pelo Estado, não porque o Estado esteja se descompromissando ou renunciando a cumprir o seu papel constitucional e nem porque o Estado esteja terceirizando suas responsabilidades, ou seja, não por razões, diretas ou inversas, de Estado, mas por 'razões de Sociedade' mesmo. (2000, p. 14)

Para a autora há ações em que a sociedade deve ser protagonista, não esperando do estado suas soluções, mas sim chamando para si a responsabilidade de agir e desenvolver sua comunidade. Demo lembra isso ao afirmar que

Na postura da comunidade pode ser alternativa a co-participação nas propostas de política social, desde a concepção até a execução, em graus e modos muito diversos, dependendo das circunstâncias históricas e sobretudo do teor organizativo dela. Muda-se a postura de recebimento de favores para aquela de reivindicação de direitos e de soluções próprias dos problemas. (1999, p. 47)

Essa organização se torna também um instrumento aliado aos governos nas questões estratégicas e de desenvolvimento das comunidades, estimulando a emancipação social através de uma organização civil e popular em prol de seus objetivos e finalidades comuns (nas mais diversas áreas), sendo muitas vezes autora de ações e projetos antes não desenvolvidos por iniciativa do Estado, suprimindo demandas e necessidades existentes na localidade onde está inserido. De outra forma emancipa seus agentes, libertando-os de barganhas, favores e migalhas antes distribuídas pelo governo, deixando-os em situação de igualdade para demandar propostas, ações e fiscalizações perante seus representantes eleitos. Neste sentido, Ferrarezi afirma ainda que

Se a sociedade civil quer alcançar sua maioria política – e não ser tutelada pelo Estado, e não ficar a vida toda sendo encarada como *dominium* do Estado – ela deve caminhar para sua própria emancipação, em primeiro lugar consolidando e legitimando uma nova institucionalidade que a reconheça como sujeito político e como ator social e, em segundo lugar, construindo sistemas de financiamento público sustentáveis para desenvolver suas atividades públicas. (2000, p. 15)

A sociedade assume papel de destaque participativo em todas as etapas de debate e deliberações através das instâncias democráticas-participativas, num quadro de gestão compartilhada, levando em consideração e ouvindo os principais interessados (e afetados pelas decisões governamentais) que é o povo. Avritzer lembra que

(...) a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas *instituições participativas*. Do lado da sociedade civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário, uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação sobre políticas públicas. (Coelho, 2004; Cunha, 2004; Avritzer, 2006)

Haverá, portanto, por parte destas organizações uma pressão e tensão na busca de seus objetivos coletivos, o que poderá vislumbrar efeitos e ações por parte do Estado no acolhimento (ou não) destas demandas. Luchmann ressalta a mobilização e participação da sociedade civil organizando afirmando que

(...) mesmo de forma diferentes, as experiências estão ancoradas na ideia de que a participação (e representação) pode ocorrer por intermédio das organizações da sociedade civil. A participação direta, portanto, extrapola a dimensão individual, como são os casos das organizações que ocupam lugares estratégicos na sociedade civil. (2007, p. 162)

A sociedade civil se organiza e começa a ter força e expressividade, pelo anseio dos grupos em terem representatividade nos processos decisórios que envolvem seu foco de atuação e interesse. Os processos de libertação e os processos de democratização parecem partilhar de um elemento em comum: a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada dos atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Anastasia e Nunes citam ainda que

A ampliação e o aperfeiçoamento da representação democrática remetem ao desafio de transformar a democracia em um conjunto de interações iterativas entre representantes e representados, desenvolvidas em um contexto decisório contínuo e institucionalizado. (2006, p. 04)

Desenvolver entidades e instituições que consigam se articular e dialogar é premissa necessária para o desenvolvimento da democracia de um país. Quando isso não ocorre, acabam existindo ações e projetos isolados que atendem parcialmente e localmente as demandas de determinado grupo. O que espera destes movimentos é uma articulação mais ampla que saiba negociar e deliberar de forma partilhada com outras entidades que tenham objetos afins assim como as mais variadas instâncias de governo, e que seu resultado seja a consolidação de políticas públicas que atendam a longo prazo as demandas de uma forma mais ampla e geral.

A sociedade possui um papel relevante na construção democrática quando assume o seu papel de agente construtor e fiscalizador das políticas públicas em suas mais diversas áreas. Boaventura, em entrevista concedida no III Fórum Social

Mundial, diz que “o Brasil tem, hoje, além dos partidos, uma forte mobilização social, das ONGs e dos movimentos populares. E é esse, em meu entender, que vai fazer esta pressão” (2003, p. 27). Na mesma oportunidade, também em entrevista, Luiz Dulci<sup>13</sup> cita que

É claro que, independente de os governos quererem ou não, a sociedade civil tem suas propostas. Ela participa, reivindica, ocupa espaço. No caso brasileiro, a sociedade civil ocupou um espaço tremendo na resistência e na afirmação de um movimento contra-hegemônico. Interessa ao novo governo brasileiro que a participação da sociedade civil não só continue sendo tudo que já é, mas seja muito maior, mais ampla, mais profunda, mais diversificada. Se não for desta forma, teremos muito mais dificuldades para fazer mudanças. (2003, p. 44)

Neste processo de participação, aliam-se instrumentos como os fóruns de debate, as conferências e os conselhos (municipais, estaduais e nacionais), que também servirão de mecanismos de inclusão da comunidade nas esferas decisórias. Não se admite mais na atualidade um modelo de governança que não proporcione espaço para que as demandas sociais sejam canalizadas pelas esferas de governo. Além destes aspectos, são importantes mecanismos de fiscalização das ações e projetos desenvolvidos pelo Estado, os quais através de monitoramento, terão efeitos positivos melhores para a sociedade.

Em Santo Ângelo iniciou suas atividades no ano de 2012 através de solicitação da comunidade, que em virtude das constantes perdas de imóveis com relevância cultural para a cidade, vislumbraram na entidade uma possibilidade de ação em prol da defesa desse patrimônio. A falta de uma legislação municipal que atendesse a salvaguarda dos bens existentes na cidade também era motivo de preocupação por parte da sociedade. Nos primeiros contatos foram eleitos delegados regionais, os quais realizaram reuniões, encontros e mobilizações em defesa do patrimônio histórico da cidade, conforme imagem a seguir.

---

<sup>13</sup> Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República na época.





Imagem nº 04: Primeiro Encontro Defender em Santo Ângelo  
Fonte: Arquivo Defender. Auditório dos Conselhos Municipais, 2011.

Algumas ações foram planejadas, como o abaixo assinado iniciado em 2012 que solicitava ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) o tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo, o qual vinha sofrendo com constantes perdas e descaracterização da paisagem ali existente. Levou-se em consideração também o interesse arqueológico deste espaço, por ter sido o mesmo local da instalação da Redução de Santo Ângelo Custódio (1707), havendo seus remanescentes neste subsolo, as quais recentemente já haviam sido escavados em um projeto de remodelação da Praça Pinheiro Machado, patrocinado com recursos do Governo Federal (Ministério do Turismo) onde se criou o Museu ao Céu Aberto através de janelas arqueológicas que expõem tais remanescentes – conforme nos mostra o anexo nº 1.

A entidade serviu de instrumento para que a sociedade civil dialogasse com as instâncias governamentais em prol de um objetivo comum e coletivo. Forneceu subsídios e empoderamento para que a sociedade, de forma democrática, colocasse as questões da proteção do patrimônio histórico da cidade na agenda de debates e ações governamentais a nível municipal e Estadual. Neste aspecto Fonseca nos lembra que

(...) Porém não basta uma revisão de critérios adotados pelas instituições que têm o dever de fazer com que a lei seja aplicada, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos. É necessária, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da

sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. (FONSECA *apud* ABREU, 2003, p. 67)

O abaixo assinado contou com 250 assinaturas as quais foram coletadas em um período de duas semanas, sendo entregue junto ao IPHAE em maio do ano de dois mil e doze conforme imagem abaixo.



Imagem nº 05: OSCIP Defender e IPHAE  
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2012.

Depois da entrega das assinaturas ao Estado, o IPHAE abriu processo administrativo (nº 1132-1100\ 12-9) para análise e estudo da viabilidade do tombamento<sup>14</sup> do Centro Histórico de Santo Ângelo, o que resultou em seu ‘tombamento provisório’, sendo Prefeitura e Ministério Público notificados sobre a decisão, a qual foi publicada no diário oficial do Estado. Miranda lembra que o processo do tombamento

(...) constitui-se na sequência lógica e ordenada de atos praticados pelo poder público com o intuito de identificar o valor cultural de bens que possam merecer a proteção pelo aludido instituto jurídico, individualizando-os e inscrevendo-os no respectivo livro tombo depois de obedecidas as formalidades previstas em lei. (2006, p. 121)

A ação do Estado em abrir o processo administrativo causou no município uma série de ações e manifestações a favor e contra o tombamento, criando uma zona de conflito e debates sobre o tema em toda a comunidade. Neste sentido, Miranda justifica ainda que

---

<sup>14</sup> Em nosso ordenamento jurídico o instituto do tombamento surgiu com a edição do Decreto Lei nº25-37, que ainda hoje a lei nacional sobre tombamentos. MIRANDA, 2006, p. 109.

Nas ações versando sobre o patrimônio cultural, o exame das medidas de urgência, considerando que o dano é muitas vezes irreversível, deve ser orientado pelo brocardo *in dúbio pro cultura*, prevalecendo tal preocupação em detrimento dos interesses econômicos e particulares. (2006, p. 281)

A área tombada provisoriamente corresponde aos seguintes limites: ao sul pela Avenida Rio Grande do Sul, ao leste pela Rua Marechal Floriano, ao norte pela rua Sete de Setembro e oeste pela rua 15 de Novembro, conforme nos mostra imagem abaixo.

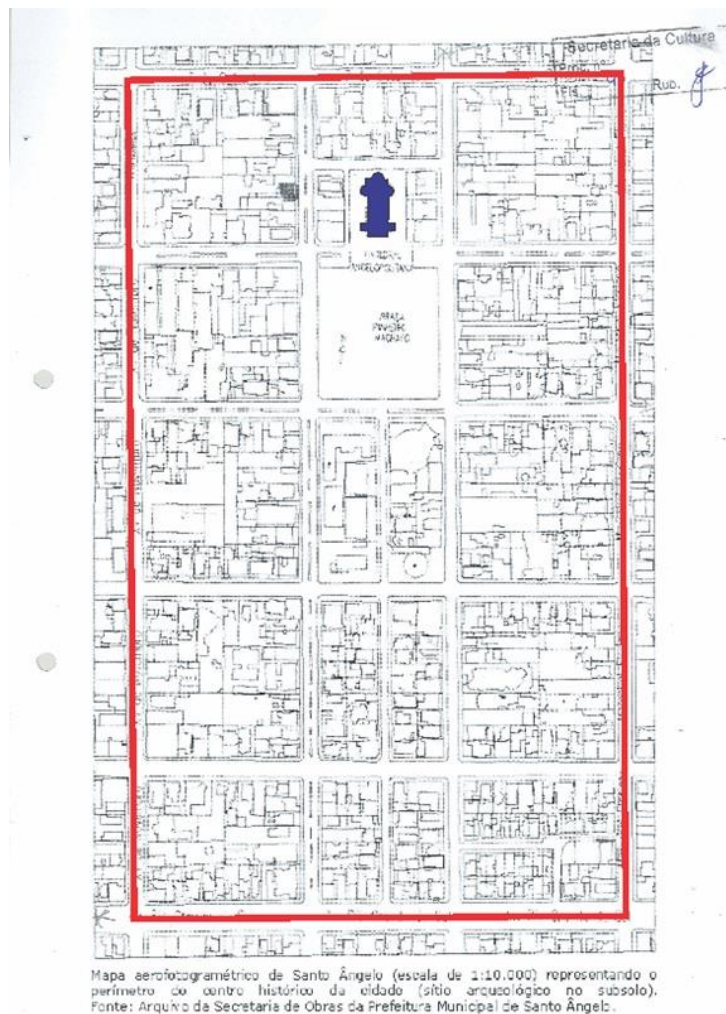


Imagem nº 06: Traçado Tombado Provisoriamente pelo IPHAE

Fonte: Arquivo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, 2012.

Essas ações reivindicatórias junto ao executivo Estadual se justificam segundo explica Miranda pelo fato de

A nossa Constituição Federal atribui expressamente aos Municípios, Estados, Distrito Federal e à União a competência executiva ou material para a proteção do patrimônio cultural brasileiro (arts. 23, III e IV, 30, IX, 215 e 216, caput). Tais previsões não importam em uma simples declaração de

intencões por parte do legislador constituinte, mas sim da imposição de um dever indeclinável aos entes federados. (2006, p. 295)

Desta forma, não é benesse do Estado a proteção do patrimônio histórico, mas assim uma obrigação declarada em legislação maior como direito de todos. Desta forma só lhe cabe o cumprimento deste dever através de ações e políticas públicas que efetivamente salvaguardem tais bens. Sobre as ações de proteção patrimonial, Castriota lembra que

O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: a última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. Assim, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. (2009, p. 15)

O autor expõe uma característica dos processos de tombamento, os quais muitas vezes partem diretamente de órgãos públicos competentes, desconsiderando a opinião da comunidade-base que ali vive, vindo a decisão de “cima para baixo”. No caso aqui exposto, isto se inverte, pois é a própria sociedade que reivindica esta ação de reconhecimento pelo Estado, cabendo este acatar, estudar e avaliar o pedido – o que é garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216, onde diz que

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Constituição Federal Brasileira de 1988)

Desta forma, os agentes da OSCIP Defender cumpriram seu papel constitucional de proteger seu patrimônio histórico, garantia de memória e identidade da localidade onde estão inseridos. Certo é que quanto mais apelo os bens tiverem sobre a comunidade, mais fáceis serão os critérios e ações que visem a sua proteção, entretanto, um bem dificilmente evocará o mesmo sentimento de pertencimento e afetividade em toda a população – o que não desqualifica as medidas para protegê-lo - pois representa um grupo, segmento ou período que integra o coletivo da história e das memórias daquela localidade, fazendo sentido neste contexto. Fonseca lembra ainda que

No caso da preservação, é preciso lembrar que o exercício da liberdade na seleção dos bens a serem preservados e na produção da justificativa para o seu tombamento deve assentar em critérios explícitos e que encontrem um razoável grau de consenso junto à sociedade. (2005, p. 169)

A dicotomia lembrar e esquecer são fundamentais nestes processos patrimoniais, sendo necessários estudos interdisciplinares amplos que auxiliem a população e os governos nos momentos onde o debate sobre o preservar (ou não) está em pauta em uma comunidade. Tornatore complementa ressaltando a importância da sociedade nos processos de proteção e apropriação de seu patrimônio e que os coletivos façam valer sua capacidade de tomar em conta seu passado é uma maneira de se apropriar do “trabalho da memória”, dito de outra forma, “a rememoração como o poder de se recordar. (2009, p. 19)

Essa lógica da apropriação é o sentido da existência de um bem patrimonial e quanto mais este for identificado pela comunidade, mais representativo será. Desta maneira, através da atuação da Defender, o Estado foi acionado a cumprir com suas obrigações legais de garantir a salvaguarda do patrimônio cultural existente em seu território. A partir da atuação em Santo Ângelo, a Prefeitura iniciou a constituição de uma equipe multidisciplinar responsável por um inventário dos imóveis com relevância histórica, cultural ou arquitetônica existentes na cidade, bem como a assinatura de um convênio de cooperação entre Município e Estado para a realização do mesmo. Também foi encaminhado Projeto de Lei sugestão para a regulamentação de lei de tombamento municipal, o qual não existia até então no município – o que dificultou sempre o desenvolvimento deste tema pelo executivo. Audiências Públicas foram realizadas para debater junto à comunidade o processo de tombamento e a criação de legislação municipal referente ao tema. Estas ações resultaram em grande repercussão na cidade entre as pessoas a favor ou contra o tombamento, instigando cada vez mais os debates e acirrando o conflito sobre esta matéria.

Além do abaixo assinado, a Defender realizou em Santo Ângelo outras ações como:

- a) encontro “A proteção do Patrimônio Histórico”.



Encontro:

## A Proteção do Patrimônio Histórico de Santo Ângelo



Realização:  
DEFENDER - Defesa Civil do Patrimônio Histórico

[www.defender.org.br](http://www.defender.org.br)

Apoio:  
IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado  
Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude de Santo Ângelo  
Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo.

Imagem nº 07: Encontro A Proteção do Patrimônio Histórico de Santo Ângelo  
Fonte: Divulgação. Arquivo Defender, 2012.

O encontro promovido pela Defender em agosto de 2012 teve por finalidade reunir a comunidade para debater os aspectos do tombamento do Centro Histórico da cidade, bem como a importância do patrimônio histórico para a cultura e o desenvolvimento da cidade. Participaram do evento o então diretor do IPHAE, Eduardo Hahn, a promotora de justiça Paula Mohr, o delegado da Defender na região de Novo Hamburgo Jorge Stocker, os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (COMPHAC) de Santo Ângelo, a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude, proprietários dos imóveis localizados no Centro Histórico e interessados no assunto. Durante o encontro todos tiveram a oportunidade de se manifestar e questionar sobre as ações de tombamento no Município e o que isso acarretaria para a sociedade como um todo.

Apesar de momentos conflituosos e de protestos durante o encontro por parte de pessoas e proprietários que desconheciam a atuação do IPHAE, seus objetivos foram alcançados pois a temática ganhou repercussão na mídia estadual e a comunidade teve a oportunidade de entender tecnicamente e legalmente os

processos que envolvem a proteção patrimonial e a necessidade de planejamento a nível local em questões que aumentem benefícios para proprietários de imóveis inventariados ou tombados, servindo também para desfazer e desmentir informações criadas e repassadas (por pessoas de má fé ou com interesses econômicos próprios) à comunidade que achava que com o processo de tombamento elas perderiam seus imóveis ou que estes desvalorizaram drasticamente.

A organização deste evento pela própria sociedade civil organizada cumpriu papel fundamental na cidade, pois reuniu agentes interessados no tema e esclareceu aspectos importantes sobre os processos de proteção patrimonial – algo deixado de lado por órgãos governamentais que deveriam atuar nesta área. Desta forma supriu uma demanda urgente na comunidade de Santo Ângelo, instigando o debate e chamando os agentes públicos à agir sobre este tema.

b) palestras em escolas da rede pública estadual, conforme imagem abaixo:



Imagem nº 08: Palestras Defender em Santo Ângelo  
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2013.

As palestras e debates tiveram como foco o esclarecimento de questões relacionadas à proteção do patrimônio histórico, os mecanismos em que estas ocorrem e a importância da sociedade civil participar nestes processos junto aos governos. O objetivo da atividade era expor e demonstrar noções de patrimônio (em

especial da cidade onde os alunos residem) bem como instigar o debate sobre o tema, trocando experiências e ideias a fim de questionar a cidade que os mesmos desejavam para si e para o futuro.

Geralmente essa temática não está na grade curricular e de atuação do corpo docente nas escolas, sendo um dos fatores determinantes para a execução destas atividades, tendo em vista a complexidade do tema e a forma como atualmente o patrimônio é tratado pelos governos e sociedade civil, sendo de extrema importância ações que elucidem seus principais aspectos e que instigassem os alunos a tirarem suas próprias conclusões. Debater os processos de patrimonialização nas bases da sociedade é um ato democrático e canaliza opiniões, valores e visões de mundo. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) caracteriza a educação patrimonial como

(...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19)

Proporcionar aos jovens momentos de reflexão coletiva, instruindo-os e dando-os subsídios que a partir de suas vivências e noções de mundo pensarão e se posicionarão sobre o tema, sem doutrina-lo ou domá-lo mas de forma conjunta, justa e democrática fazê-los pensar sobre o assunto. No contexto de democratização e educação, o professor Miguel Arroyo lembra ainda que

Pesquisas têm mostrado como a ampliação e democratização da educação básica e a inserção dos seres populares na escola pública teve como um dos mais decisivos determinantes a pressão dos movimentos sociais. Esta é uma relação bastante pesquisada e reconhecida. (s/a)

O trabalho com este tipo de público é fundamental para a consolidação da própria entidade, que necessita também formar agentes que futuramente darão sequência no trabalho por ela desenvolvido, sendo assim, a escola pública o local ideal para este tipo ação. Ao mesmo tempo, a entidade (OSCIP) aprende junto a essas pessoas, ressignifica e analisa suas ações, missões e filosofia de trabalho, pois está em contato com um grupo que possui suas visões de mundo e interesses.



Faz parte da educação popular demonstrar que as pessoas possuem direitos. Neste aspecto Miguel Arroyo lembra também que

O direito dos coletivos ao conhecimento sistematizado nos espaços do sistema é um dos campos de pressão das ações coletivas. Entretanto, os movimentos sociais enquanto novos atores políticos não limitam suas ações no campo do conhecimento retomando as lutas históricas pelo acesso, ocupando os espaços de sua produção. Vão além. (s/a)

No início das atividades junto aos alunos, se mostrou o que é uma OSCIP e seus objetivos, finalidades, projetos e constituições tendo em vista que os mesmos não são familiarizados em seu cotidiano sobre esses assuntos, o que demanda uma orientação e debate específico sobre o tema a fim de contextualizá-los sob pena do trabalho todo não alcançar seu objetivo.

É fundamental nestas ações educativas a valorização do capital social e intelectual que estas comunidades e pessoas possuem, sendo de extrema importância no processo educativo, fugindo de uma doutrinação forçada e que não reconheça as habilidades e culturas dos agentes que ali habitam – e que são o motivo de todo o trabalho ali desenvolvido. A entidade serve assim como mero instrumento que potencializa a comunidade, não a forçando agir e pensar contra sua vontade.

Mostrar aos alunos que a cultura e o patrimônio também são direitos garantidos na constituição (artigo 216 CF 1988) se torna um desafio, tendo em vista que as grandes reivindicações das populações são acesso à educação, saúde, emprego e saneamento, deixando os demais temas esquecidos e com um status de não importantes ou urgentes. Colocar pautas distintas proporciona abrir um leque de opções e pensamentos destes agentes, estimulando-os a pensar e refletir sobre algo que está vivo em seus cotidianos, porém muitas vezes despercebidos e sem o mesmo apelo que outras áreas.

No que se refere aos grupos que receberam as ações da Defender em suas escolas, até o momento (pelo que se sabe) nenhuma militou diretamente nesta temática, entretanto, têm-se a noção de que isso é um processo e de que a informação base foi repassada e construída junto com os mesmos e que em momentos decisórios e de participação estes poderão ser agentes que terão condições de discernir sobre o assunto, dificultando a manipulação e a distorção de

seus principais aspectos por grupos ou pessoas que tenham apenas interesses econômicos, e que nada querem contribuir com a cultura destes – esta fundamental para a consolidação de identidades, práticas, saberes e fazeres destas comunidades.

Nesta integração e educação conjunta é que instituição e comunidade se tornam uma só, tendo em vista que a finalidade da existência da OSCIP Defender é a sociedade civil e seu direito a ter, acessar e viver seu patrimônio histórico e cultural, sendo de extrema importância a mesma estar próxima às bases, dialogando, ouvindo, sensibilizando e construindo um debate em prol da qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade através de seu patrimônio, com ações que forcem a realização das demandas cabíveis pelos poderes públicos.

c) mobilização contra o fechamento ou fusão da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude de Santo Ângelo:



Imagem nº 09: Manifestação em prol da Secretaria de Cultura  
Fonte: Arquivo OSCIP Defender, 2013.

Com o possível fechamento ou fusão da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude durante a transição de governo municipal no ano de 2013, a Defender juntamente com outras entidades e artistas locais mobilizaram uma campanha nas redes sociais e meios de comunicação contra esta ação, por entenderem que uma cidade referência cultural como Santo Ângelo não poderia ficar sem um órgão para tratar exclusivamente dos assuntos e projetos culturais no

âmbito municipal, bem como dar seguimento ao Sistema Municipal de Cultura (cadastro, plano, fundo e conferências) implementado após grandes debates nos últimos anos através de duas conferências municipais de Cultura. O resultado desta mobilização foi a nomeação de um secretário e o não fechamento ou fusão da secretaria, acarretando êxito da mobilização e seu objetivo. Esta ação demonstra uma articulação da Defender com outras entidades em uma pauta comum, o que favoreceu a articulação e os benefícios conquistados em nome de todas as instituições envolvidas.

Através de sua atuação em Santo Ângelo (mesmo esta sendo pequena e com poucas pessoas), a Defender tem consistido em um instrumento de empoderamento social por meio de sua atuação na proteção do patrimônio cultural do município, representando a sociedade civil na busca da proteção de seu patrimônio bem como colocando na pauta das agendas públicas municipais e estaduais estas questões para debate e soluções. Sem ela, provavelmente este tema continuaria sendo preterido e deixado de lado, sem debate e solução dos impasses neles causados, sendo, portanto de extrema importância para o desenvolvimento desta temática na cidade bem como na elaboração de alternativas que favoreçam a proteção patrimonial nesta cidade.

### **3.1 Agentes envolvidos: visões e perspectivas**

A atuação da OSCIP Defender mobilizou uma vasta quantidade de pessoas e organizações públicas a nível municipal e estadual. A visão das pessoas que atuaram ou que foram afetadas e pressionadas (a nível governamental) são de extrema importância para se compreender a atuação desta entidade em Santo Ângelo e seus respectivos impactos na sociedade como um todo. Foram entrevistados alguns destes agentes como: Darlan Marchi (OSCIP Defender), Telmo Padilha (Presidente Defender), Leoveral Soares (Ex-Secretário Municipal de Cultura), Eduardo Hahn (Ex-Diretor do IPHAE), Mirian Sartori Rodrigues (Atual Diretora do IPHAE) e Raquel Machado Rech (Presidente do COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo). As perguntas realizadas foram no sentido de conhecer possíveis estratégias,

interferências, desafios e pressões realizadas pela OSCIP a fim de atingir seus objetivos: a proteção do patrimônio histórico de Santo Ângelo-RS.

Em entrevista, o presidente da Defender, Telmo Padilha narra o início das atividades da entidade

A Defender - Defesa Civil do Patrimônio Histórico surge como resultado da maior e mais completa obra de restauração realizada no Estado do RS, em prédio de arquitetura luso-brasileira, amplamente relatada no livro *Antiga Escola Militar de Rio Pardo História e Arquitetura* publicado pela Defender em 2007. A experiência adquirida no exercício da gestão desse empreendimento evidenciou a necessidade de unir a sociedade na defesa de seus valores históricos como determina o Decreto Lei nº 25 de 1937 e Constituição Federal de 1988, mostrando que é possível sim, dar uma nova vida e função para um prédio histórico mesmo que ele esteja quase em ruínas. Sou um dos fundadores, com a participação de cidadãos e cidadãs de Rio Pardo, Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, em fevereiro 2002. (...) (2014)

Fica claro em sua fala a necessidade de “unir a sociedade na defesa de seus valores históricos”, alicerçados no direito garantido dos cidadãos de proteger seu patrimônio cultural (Decreto lei nº25 de 1937 e Constituição Federal de 1988). Após a execução de um projeto de restauração no Município de Rio Pardo que impulsiona também o empreendedorismo para ampliar suas ações pelo Estado do Rio Grande do Sul. Explica ainda as principais finalidades da entidade e seus focos de atuação

A Defender têm em seu Estatuto as seguinte finalidades, entre outras: a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais. Dentro desses princípios, objetivos e metas é possível justificar com segurança o conceito criado de que a Cultura é a alma de um povo e ao mesmo tempo é a arma e o escudo de qualquer sociedade. Como alma, ela carrega e transmite através de gerações, todas as referências dos saberes e fazeres e o registro da evolução social, cultural e econômica que a compõem. Memória e Identidade. Como arma e escudo, ela busca consolidar, fortalecer e garantir a integridade dessa Memória e a interatividade de tal sociedade com o poder público, que pode ou não compreender seus anseios, desejos, ações e necessidades. Acreditamos então, que é pois, pela força da sociedade e de sua identidade que se pode garantir a sobrevivência e o fortalecimento da Cultura de uma comunidade, apesar do poder público. Isso é Democracia Cultural. (...) (2014)

O entrevistado evidencia a necessidade de uma democracia cultural para que se garantam e fortaleçam direitos, onde o desenvolvimento sustentável e a cidadania permitam às gerações futuras a oportunidade de desfrutar de bens patrimoniais potencializando assim identidades, memórias e culturas – as quais seriam o ‘escudo’ e a armas principais da sociedade contra manipulações e controle

por parte de governantes. Nesta lógica é fundamental que se institucionalize uma organização que aglutine pessoas que se identificam com este tema a fim de se planejar estratégias e ações que visem atingir os objetivos da entidade e seus membros.

Em outro momento da entrevista, Telmo diz que uma das estratégias na articulação da entidade se baseia no virtual (página na web, twitter, facebook, etc.)

Hoje, podemos dividir a abrangência da organização em duas formas: Virtual/Digital - Através da rede mundial de computadores onde mantém-se um site para publicações de notícias sobre o Patrimônio Cultural, colhidas de jornais, blogs e sites oficiais e particulares desde abril de 2008. Nesse espaço são publicadas também, informações institucionais da entidades, atividades e links de fontes do interesse sobre o Patrimônio Cultural, vídeos e publicações digitalizadas. O site [www.defender.org.br](http://www.defender.org.br) foi repaginado em agosto de 2013. O novo formato tem hoje 9.276 “posts”, 9.756 comentários e uma média mensal de 1.600 visitas únicas diárias e 345.000 “page views”/mês, segundo relatórios do provedor. (...) A Defender mantém ainda o endereço “@patrimonio” no “Twitter” com 14.9 mil “twittes” e 5.060 seguidores. Mais recentemente foi criada uma “Fanpage” no Facebook que possui 3.645 curtidas. Essa integração de três aplicativos (Site, Twitter e Facebook) permitem acesso e abrangência mundial. Não é forçado afirmar que este é o maior site de informação sobre Patrimônio Cultural do Brasil, pelo tema talvez do mundo. (2014)

O entrevistado apresenta dados para expressar a abrangência da entidade através dos meios virtuais e redes sociais - legitimando e consolidando a atuação da referida OSCIP em diversos municípios e Estados Brasileiros. Sabemos que a internet e suas ferramentas facilitam a ligação, articulação, interação e mobilização das pessoas que possuem interesses em comum – e a Defender sabe utilizar destes meios para difundir e promover suas ações de forma ampla e global – sendo a internet uma das principais estratégias de atuação da entidade.

Cabe ressaltar também que estes meios virtuais auxiliam a entidade na orientação de comunidades onde não há delegados da OSCIP atuando, abrangendo um maior território, sendo isto comprovado pela quantidade de acessos à sua página oficial – a qual contém muitas informações, notícias e legislação sobre a proteção do patrimônio histórico, auxiliando assim todos que se interessam sobre este tema e que procuram a entidade presencial ou virtualmente. Além do meio virtual, a entidade atua com ações presenciais através de reuniões, encontros, palestras e eventos promovidos pelos delegados regionais nas mais diversas cidades do Rio Grande do Sul.

Tabela nº 05: Delegados OSCIP Defender

<b>NOME</b>	<b>CIDADE</b>
Alex Juarez Müller	Taquara-RS
Alexandre de Oliveira Reis	Novo Hamburgo-RS
Cristina Fernandes Mansueti	Taquara-RS
Cristiano Enrique de Brum	Ivoti-RS
Dagoberto Alvim Clos	Uruguaiana-RS
Jacqueline Custódio	Porto Alegre-RS
Janice Fagundes da Rosa	Esteio-RS
José Francisco Hillal Tavares Botelho	Bagé-RS
Josiane Mallmann	Picada Café-RS
Jorge Luís Stocker Junior	Campo Bom-RS
Juliani Borchardt da Silva	Santo Ângelo-RS
Luciane Miranda	Santa Rosa-RS
Ramon Victor Tisott	Caxias do Sul-RS
Salete Pinto Cadore	Serafina Correa-RS

Fonte: Arquivos OSCIP Defender, 2014.

A escolha de delegados regionais compõem uma das estratégias da entidade, que ganha novos sócios, difunde sua atuação em diferentes regiões do Estado, mobiliza uma maior quantidade de pessoas ao mesmo tempo em que protege uma maior quantidade de bens patrimoniais. É importante ressaltar que o interesse por sediar uma das delegacias da entidade parte da comunidade local e não da OSCIP. Esta apenas responde ao chamado de pessoas ou grupos que solicitam apoio, informações e instrumentalização técnica para salvar seus patrimônios.

Sobre o início da atuação da Defender em Santo Ângelo, Telmo lembra que

Na condição de presidente da Defender e suplente do Conselho Estadual de Cultura, fui convocado a participar do Colegiado de Memória e Patrimônio instituído pela Secretaria de Estado da Cultura, com o acompanhamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAE/RS, tendo como objetivo contribuir com a formação do Plano Estadual de Cultura. Nesses encontros realizados em Porto Alegre, conheci o jovem Darlan De Mamann Marchi, que representava Santo Ângelo. Através dele, se promoveu um encontro na sua cidade para apresentação da Defender e fomentar o debate sobre Patrimônio com a sociedade. Desse encontro participaram também pessoas de Santa Rosa. De resultado saiu a proposta de realizar ações de conscientização e valorização do Patrimônio nas duas cidades e a nomeação de Delegados que pudessem representar a Organização. Hoje, a Defender tem Delegadas em Santo Ângelo e Santa Rosa e já conquistamos o Tombamento Estadual do prédio do Clube Concórdia e o Tombamento Provisório do Centro Histórico de Santo Ângelo. (2014)

Chama a atenção o fato de Telmo e Darlan iniciarem um contato após se conhecerem em um colegiado do Conselho Estadual de Cultura – o que favoreceu a troca de experiências e articulação dos mesmos – demonstrando o quanto estes espaços podem unir e favorecer uma atuação conjunta entre agentes e entidades da sociedade civil na criação de estratégias e ações que visem seu objetivo comum. Do encontro entre Telmo e Darlan Marchi<sup>15</sup> surge a possibilidade de uma atuação da Defender em Santo Ângelo e na sequência no município de Santa Rosa (onde agentes desta cidade também se articulavam para a proteção do patrimônio histórico local), criando um efeito cascata e instigando e motivando mais pessoas da comunidade a se mobilizarem pela causa do patrimônio. Em entrevista com Darlan Marchi também surgem aspectos referentes aos primeiros contatos com a direção da OSCIP bem como a elaboração das primeiras ações no município de Santo Ângelo

Sou associado da OSCIP e a conheci através de seus representantes junto ao Colegiado Setorial do Patrimônio Cultural, no qual eu representava a Rede Jovem em Defesa do Patrimônio Cultural nesse colegiado que tinha a função de auxiliar a Secretaria Estadual de Cultura na construção do Plano Estadual de Cultura. Nessas reuniões tratamos de questões relativas a falta de ações de proteção ao patrimônio cultural em nossas cidades. Após isso, mantive contato com os amigos da Defender e passei a acompanhar as ações da OSCIP que só tem crescido nesses últimos anos. (...) A partir do que já foi dito, e frente às ações (e a falta de ações preservacionistas na cidade). Com a grande polêmica criada quando da demolição e descaracterização de casas históricas da cidade, e frente ao conflito que se criava em torno da falta de sensibilidade dos poderes públicos instituídos quanto a legislação que regulamentasse a proteção do patrimônio local. A Defender foi acionada quando nos nossos encontros junto ao colegiado

---

<sup>15</sup> Historiador. Mestre e doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Ator e ex funcionário da Secretaria Municipal de Cultura Lazer e Juventude de Santo Ângelo.

soube do que se passava na cidade e se uniu ao Conselho do Patrimônio local, ajudando a legitimar nossas ações e as ações do Ministério Público Estadual. (2014)

Relata sua atuação e militância em entidades de base que se articulam na defesa do patrimônio histórico, auxiliando assim os governos a desenvolverem políticas públicas voltadas ao setor – demonstrando assim que esses movimentos se constroem e se desenvolvem com o passar do tempo – criando alianças e articulações seja com o Estado ou com outras entidades que possuem em sua agenda de debate e atuação o patrimônio histórico como direito social.

O entrevistado também expõe a dificuldade do poder público municipal em gerir e trabalhar a questão do patrimônio histórico bem como os conflitos de interesses gerados neste assunto em várias camadas da sociedade. De um lado a comunidade que reivindica ações que valorizem e reconheçam o patrimônio da cidade e de outro a crescente especulação imobiliária que necessita de espaços e oportunidades para desenvolver seus projetos. Aliou-se ainda o fato do município não possuir uma lei local que trate sobre esta questão, fazendo com que outros agentes públicos atuassem como mediadores destes conflitos. Foi o caso do Ministério Público Estadual, o qual sempre participou, atuou e fez valer os interesses coletivos difusos. Sabe-se que há (em distintos locais) a falta de entendimento entre o setor imobiliário (empresários) e defensores de políticas públicas que salvaguardem o patrimônio histórico, dificultando a criação de uma agenda que dialogue com as necessidades de ambos os grupos, o que gera conflitos e instabilidades nesta área, fazendo com que muitas vezes esta pare no judiciário, deixando assim oneroso e demorado as decisões sobre esta temática, acarretando prejuízos (culturais e econômicos) para toda a sociedade.

Questionado sobre o que representaria a OSCIP Defender em Santo Ângelo, o entrevistado diz que

Representa uma entidade que legitima os anseios dos movimentos sociais envolvidos com a defesa do patrimônio cultural, frente às ações empregadas pelos interesses particulares, da especulação imobiliária e dos interesses políticos e econômicos que descaracterizam as cidades e suas histórias. (...) Temos uma situação de conflito que desvela uma trama de interesses econômicos e políticos por trás dos que desejam a descaracterização da cidade ou se negam ou se omitem a debater uma legislação oficial. Nesse quadro, a Defender, assim como as pessoas e entidades que defendem o patrimônio local não possuem a prerrogativa de fazer a mudança. A transformação parte do debate e do encontro, também do enfrentamento e do desvelamento dessas intenções. Sendo assim,



caracterizo como essencial a atuação da Defender, com importantes avanços se considerarmos o cenário em que elas se desenvolveram. (2014)

Enfatiza que a entidade legitima as demandas da sociedade que busca a proteção do seu patrimônio, debatendo e combatendo as omissões governamentais no que se refere a cumprirem seu papel constitucional bem como as intenções de terceiros em destruir bens com relevância em benefício próprio ou econômico. Muitas vezes o diálogo entre sociedade, empresários e governos se torna difícil e o poder público não se esforça para colocar certos assuntos em pauta, o que dificulta o desenvolvimento de ações e políticas públicas que solucionem esses impasses – isso quando não assume abertamente apoio aos que detém maior poder econômico e influencia na cidade (empresários) – os quais bancam campanhas e projetos – deixando completamente de lado a comunidade e seus anseios.

Já para Telmo Padilha a atuação da Defender em Santo Ângelo é

Barulhenta, mas ainda não estereofônica como deveria e precisamos que seja. O enfrentamento como o poder público é para alguns assustador. A própria sociedade, além de mal informada é submissa e omissa quanto aos seus direitos, sua força e até de suas necessidades. Não saberia dizer quantas vezes e quantas pessoas se reúnem para discutir o futuro da cidade, as suas necessidades, os seus projetos e as suas propostas. A sensação que fica é a de que temos vereadores e prefeito, eles que resolvam. Uma Delegacia em Santo Ângelo com um número expressivo de sócios ganharia uma representatividade maior e poderia a exemplo de Novo Hamburgo desenvolver mais projetos, mais ações e dar uma contribuição maior para a conscientização das pessoas, na busca de um objetivo maior que é qualidade de vida. (2014)

O entrevistado alerta para a necessidade de aumentar a atuação da entidade em Santo Ângelo, conquistando novos associados para que se desenvolvam mais ações, aumentando automaticamente a participação da comunidade na temática da proteção do patrimônio histórico da cidade. Expressa também a falta de conhecimento de grande parte da sociedade sobre seus direitos, deixando-os submissos e a mercê de desmandos de autoridades, poder econômico e do governo. Manifesta que as pessoas ainda possuem a ideia de deixar as decisões sobre referido assunto para vereadores e prefeito, como se estes fossem os únicos responsáveis (e capazes) de decidir sobre os temas que envolvem o coletivo – sendo a Defender uma entidade que chama a sociedade à (sua) responsabilidade sobre o que ocorre no município, instigando uma gestão compartilhada e de responsabilidades entre sociedade e governos. Cita como exemplo as ações desenvolvidas na cidade de Novo Hamburgo, onde há uma atuação constante e com

um número significativo de pessoas organizadas e mobilizadas pela causa. Isso se deve, provavelmente, pela dinâmica histórica criada e desenvolvida na cidade, bem como o seu porte (muito maior que Santo Ângelo), facilitando assim a aglutinação de pessoas que se mobilizam em prol do patrimônio. Cada cidade possui suas próprias dinâmicas e formas de se organizar, não sendo estas padronizadas em todas as localidades, pois dependem de muitos fatores que motivam ou afastam as pessoas a atuarem em determinado segmento.

Para o ex-diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico (IPHAE- RS) a presença da Defender em Santo Ângelo

(...) representa(m) a iniciativa popular de desenvolver ações em prol do bem estar social, trabalhando no desenvolvimento de projetos para alterar situações em áreas onde o poder público se mostrou ineficiente ou ineficaz. (...) O IPHAE sempre trabalhou com a OSCIP DEFENDER em uma relação de parceria, tendo em vista o interesse comum de ambas organizações que uniram esforços em busca de desenvolver projetos para a preservação do patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul. (...) Vejo a presença da DEFENDER em Santo Ângelo como Fundamental. A DEFENDER é um exemplo de organização social que deveria se aplicar em todas as regiões do Estado Nacional, buscando desenvolver ações em prol da melhoria da qualidade de vida da população em geral. Suas ações não só em Santo Ângelo, mas também em outras cidades representativas do Estado, como Bagé, Novo Hamburgo, Ivoti, etc., tem nos auxiliado a exercer nossa função de preservar a identidade nacional. (2014)

Para Eduardo há áreas de atuação onde o poder público se mostra ineficiente em suprir às demandas e necessidades da sociedade, cabendo esta interferir no desenvolvimento de ações, projetos e pautas de seu interesse, até mesmo sendo um parceiro e aliado do governo no exercício de suas funções, legitimando assim as próprias ações realizadas pelo instituto. Deixa claro que a entidade sempre atuou de forma conjunto com o Estado em prol da melhora da qualidade de vida da população através do patrimônio, demonstrando uma articulação, trabalho e debate entre essas instâncias em prol de um objetivo comum.

Em entrevista, a presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo, Raquel Machado Rech diz que a OSCIP Defender

(...) representa nos dias atuais o incentivo ao exercício da cidadania em prol da defesa e valorização do nosso patrimônio cultural, nas suas mais diversas facetas, como histórico, cultural, edificado, arqueológico, imaterial, etc. É uma ação de suma importância na educação patrimonial da comunidade como um todo que esta instituição executa. (2014)

Raquel trata de um ponto importante: a educação para o patrimônio, necessária para uma valorização efetiva dos bens patrimoniais. Utilizar os saberes e conhecimentos que a comunidade possui bem como suas ideias e referências sobre o que é relevante (ou não) a ser protegido é essencial no debate sobre a proteção patrimonial e deve nortear todo o planejamento e ações referentes ao tema. A função da Defender seria no plano de orientar tecnicamente e teoricamente sobre o assunto além de projetar a temática para o debate nas variadas esferas. Ninguém melhor do que a própria comunidade para dizer ao poder público o que deve ou não ser protegido e de que forma isso pode ser feito. Ressalta-se que neste debate todas as partes devem ser ouvidas e terem a oportunidade de expressarem e argumentarem suas opiniões, só assim o tema será tratado de forma democrática.

Já para o ex-secretário Municipal de Cultural, Lazer e Juventude, Leoveral Goelzer Soares,

Em tempos atuais de pós neoliberalismo e transformações socioeconômicas, sociais e culturais, o Terceiro Setor cumpre um papel extremamente importante. As atribuições inerentes a Defender na defesa a promoção da cultura, defesa e proteção do patrimônio cultural, histórico e artístico do nosso Estado e do País. São ações como estas que partem do controle social da sociedade que legitimam uma política de pressão para as transformações necessárias na sociedade atual. (2014)

Para Leoveral, a sociedade civil organizada representa o controle social frente às gestões públicas, legitimando reivindicações e pressões necessárias para efetivar as mudanças necessárias em cada sociedade. Sem esta pressão, na maioria das vezes, ações e projetos não se concretizam, cabendo aos grupos mais organizados em criar estas pressões os melhores resultados de suas demandas, só assim que as transformações seriam possíveis. Como ex-gestor público, possui a consciência de que a sociedade organizada possui papel fundamental na construção de políticas públicas e que deve exercer plenamente seu direito de participar, atuar e reivindicar seus direitos.

Sobre as conquistas da OSCIP em Santo Ângelo, o presidente da Defender, Telmo narra que

Acredito que podemos creditar, junto com a sociedade o Tombamento Provisório do Centro Histórico. Polêmico, foi motivo de matérias jornalísticas em rádio, TV e jornais e acredito que chamou a atenção da sociedade para algo que estava adormecido e em perigosa e desconhecida situação de risco. Essa ação provocou, como reação, a criação de uma Lei pela Câmara

de Vereadores promovendo a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Sancionada pelo prefeito a Justiça decretou tal lei, inconstitucional. (2014)

A abertura do processo para o tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo foi a maior conquista da entidade no município, gerando um impacto na mídia a nível municipal e Estadual, ocasionando debates e opiniões diversas sobre este ato administrativo realizado pelo IPHAE no ano de 2012. A Câmara de Vereadores elaborou e aprovou uma legislação referente ao tema, entretanto, esta foi considerada inconstitucional pela Justiça, após ação movida pela Promotoria de Justiça. Apesar de o tema ter sido repercutido na mídia, é preciso considerar que as informações repassadas nem sempre correspondem à verdade, sendo muitas vezes tendenciosa e de difícil compreensão para as pessoas que não estão completamente dentro do debate, formando opiniões distorcidas e erradas sobre os efeitos de um tombamento, por exemplo. Isso se deve pela má fé de alguns veículos de comunicação (por estarem ligados a grupos econômicos, empresariais ou do próprio governo) como também pela falta de conhecimento dos profissionais atuantes nesta área sobre o assunto – sendo que muitas vezes a polêmica criada por estes canais prejudica todo o trabalho pela entidade ou pelos órgãos governamentais. O então diretor do IPHAE lembra que

A partir da solicitação de apoio da OSCIP DEFENDER ao IPHAE para interceder junto à realidade de constante destruição e descaracterização do patrimônio material do sítio histórico de Santo Ângelo/RS, o IPHAE abriu um processo de tombamento provisório da área central, cuja malha urbana, conforme estudos técnicos, correspondia a antiga Redução Jesuítico Guarani de Santo Ângelo Custódio. Desta forma, tentou-se minimizar as perdas que estavam ocorrendo na área central através do disciplinamento das intervenções possíveis de serem realizadas no local, assim como do apoio do IPHAE na elaboração do Inventário de bens arquitetônicos da área urbana da cidade. Este trabalho ainda está em andamento. (2014)

O referido órgão estadual respondeu à solicitação da comunidade, cumprindo assim sua obrigação e finalidade, motivando também estudos e análises do espaço central da cidade objetivando e forçando a prefeitura municipal a ordenar corretamente o uso daquele espaço, levando em consideração as peculiaridades do mesmo, suas características e bens ali existentes. Tais normativas também estão expressas no Estatuto das Cidades<sup>16</sup>, em seu artigo 2º onde define diretrizes a serem seguidas e que contemples entre outros a

---

<sup>16</sup> Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

O Estatuto das Cidades visa reger um planejamento urbano que contemple distintas questões que objetivam o desenvolvimento de uma cidade mais planejada e focada na qualidade de vida de seus habitantes, cabendo aos municípios implementarem políticas públicas, ações e reformas que através de seus planos diretores atendem a estas questões. É importante ressaltar que a temática da proteção patrimonial em Santo Ângelo existe há décadas através de várias entidades como Movimento Pró Memória, Conselho de Cultura, Universidade além de artistas e intelectuais que já atuavam e alertavam para que esses bens fossem salvaguardados. A atuação da OSCIP Defender em Santo Ângelo veio somar forças nesse movimento, que ganhou mais força para que os resultados fossem atingidos – refletindo assim uma longa trajetória local de lutas, negociações sociais, mobilizações, eventos e debates sobre o tema. Para Darlan Marchi as principais conquistas da entidade em Santo Ângelo foram

O apoio das ações dos grupos que defendem o patrimônio; o apoio da Promotoria Pública e suas ações de defesa dos bens culturais; os eventos e debates que ajudaram a abrir a discussão junto a comunidade, mostrando para a população os interesses que se colocavam atrás dos discursos contra a preservação; o compromisso que a prefeitura teve que assumir junto a promotoria de realizar um inventário dos bens culturais imóveis e de fazer uma legislação que garanta a proteção; a intervenção para o tombamento do Centro Histórico da cidade a nível estadual (mesmo que ainda em processo) e que garantirá a manutenção da paisagem cultural da região. (2014)

O entrevistado reflete aspectos importantes conquistados pela sociedade civil em Santo Ângelo, ressaltando a exposição de dois discursos (contra e a favor a proteção) que se colocaram em debate na sociedade santo-angelense. Para aqueles que eram contra, o argumento principal se baseava no atraso e retrocesso econômico que o tombamento acarreta aos municípios, setor este que gera empregos e movimenta o comércio. É inegável que a construção civil é um forte agente econômico para as cidades, porém, do outro lado, há o questionamento das formas como esta atua, desvalorizando e especulando imóveis e regiões sem considerar sua história, memória e identidade. Questiona também a vocação que a cidade (e a região) possui no turismo cultural e a falta de visão e empreendedorismo da comunidade em aproveitar este potencial para gerar divisas econômicas de forma sustentável. Tudo depende de planejamento, visão e negociações, para que a

construção civil atue (e se expanda) só que em regiões próprias para tal, ordenando e regrando espaços que uma vez perdidos ou descaracterizados, jamais poderão ser reconstruídos, causando um dano cultural irreversível a toda população.

A entidade potencializou uma pauta a ser debatida junto à comunidade e uma obrigatoriedade dos poderes públicos (em especial o executivo) de cumprirem com suas obrigações constitucionais. Para Leoveral Goelzer Soares a Defender representa

Um importante instrumento de representação, participação, articulação e defesa do patrimônio histórico de Santo Ângelo. Os instrumentais jurídicos legais de representatividade, a forma didática de reconhecimento empreendida, oportunizou a busca da identidade de um povo alienado sem uma visão de seu Estado, de sujeitos históricos e compromissados com a manutenção da sua história. Destaca-se seu potencial de agentes transformadores políticos da realidade. (2014)

Destaca-se na fala a utilização por parte da entidade dos meios jurídicos legítimos existentes para consolidar a sua atuação em Santo Ângelo – seja através do Executivo, Promotoria e Judiciário. Quando o debate é dificultado e não há entendimento entre as partes e o poder público se omite de sua responsabilidade, cabe, portanto, acionar outros agentes para que direitos sejam reconhecidos e mantidos. Obviamente que estes são trâmites mais demorados, onerosos e desgastantes, porém, muitas vezes são as únicas alternativas de que a sociedade possui para buscar valer de seus direitos e deveres constitucionais. Conhecer tais caminhos e educar a comunidade para que exerçam plenamente seus direitos torna a entidade um instrumento de educação e empoderamento social, pois passam a exercê-las plenamente compartilhando com outros atores, tornando uma cadeia de ações e informações que serão úteis a todos.

Outro tema debatido nas entrevistas se refere à criação de uma agenda pública para os setores governamentais, que segundo Eduardo Hahn

A atuação da DEFENDER e suas reivindicações, que foram assumidas pelo IPHAE, criou uma série de compromissos sociais aos quais o órgão tem, atualmente, a responsabilidade de responder através de ações de proteção, fiscalização, disciplinamento e valorização do patrimônio. (...) Alguns processos de tombamento individuais já haviam sido abertos, como é o caso da Estação de Trem, Prefeitura Municipal, etc. Provavelmente, considerando a grande demanda de trabalho existente e a pequena equipe técnica a disposição do órgão, o IPHAE não teria aberto um processo de tombamento de tão grande envergadura naquele momento. (2014)

Eduardo Hahn era o diretor no IPHAE na época da abertura do processo para tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo e admite através de sua entrevista que o Instituto não teria aberto este processo de forma voluntária para o reconhecimento a nível estadual daquele espaço. Justifica isso pela falta de estrutura e pessoal que o Instituto possui, bem como pela grande demanda existente atualmente, o que impossibilitaria uma atuação maior e abrangente deste órgão no Estado. Desta forma, foi através da solicitação da Defender que esta Instituição estatal assumiu a responsabilidade de receber, estudar e dar um retorno sobre o pedido que a sociedade civil realizou. A atual diretora do IPHAE, Mirian Sartori, quando questionada se o Instituto encaminharia o ato administrativo para o tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo por iniciativa própria responde que

Possivelmente não, pois o Instituto não tem estrutura, recursos humanos para concretizar seu planejamento, sua política de preservação e em muitos casos, os tombamentos ocorrem quando existe um iminente risco de destruição, de descaracterização e até mesmo de desaparecimento, como no caso da Igreja do Galo em São Gabriel, que foi tombada a partir da mobilização da comunidade local quando uma patrula havia derrubado a parede lateral. (2014)

Mirian, assim como Eduardo, ressalta a falta de estrutura da qual o Instituto dispõe para dar conta de todas as cidades do Rio Grande do Sul. Esta é uma realidade da qual os setores públicos padecem e seu resultado é a ineficiência de suas atuações e cumprimento total de seus deveres para a sociedade. Nesta perspectiva torna-se ainda mais significativa as ações da sociedade civil organizada, que juntamente com o poder público, ou de forma individual, protegem o patrimônio cultural das cidades contra sua depredação, descaracterização e destruição.

Já Darlan Marchi quando questionado sobre a pressão da entidade na criação de uma agenda pública nos afirma que

Com certeza. A luta já ocorre a mais de uma década nesse sentido na cidade, mas como os ânimos se acirraram e a polêmica veio à tona, a Defender legitimou, enquanto um órgão civil representativo de nível estadual, a importância do patrimônio cultural da cidade, não só para Santo Ângelo, mas para todo o Rio Grande do Sul. A pauta defendida pela entidade colocou o patrimônio na agenda não só de Santo Ângelo, mas do Rio grande do Sul. Pequenas revoluções com pequenos resultados, que conscientizam e fazem a diferença. (2014)

A atuação da Defender em Santo Ângelo veio somar às ações que já vinham sendo debatidas a mais de décadas no município, porém teve uma maior visibilidade e repercussão por se tratar de uma entidade atuante em nível Estadual e com

experiência no assunto, o que auxiliou a consolidar o debate referente à proteção patrimonial na cidade. Ajudou também o fato de ter sido realizado um tombamento estadual do Centro Histórico da cidade, o que mexeu com os ânimos de boa parte da população – que enquanto as ações se detinham apenas a eventos e palestras não tinham a necessidade de reagir e se posicionar sobre o assunto.

Para Raquel Machado Rech, do COMPHAC

(...) a DEFENDER sempre estimula a agenda pública sobre a temática do patrimônio em Santo Ângelo, seja fomentando ou incentivando a execução de ações de divulgação à comunidade e cobrando respostas institucionais sobre as pendências ainda existentes com relação à legislação inacabada sobre esta pauta no município. (2014)

Os processos para constituição de políticas públicas eficazes na área da cultura sempre são lentas, cabendo assim, à sociedade pressionar para que estas sejam efetivamente realizadas e implementadas, caso contrário, caem no esquecimento e ficam preteridas pelas mais variadas esferas de governo. Esta também é uma opinião compartilhada por Leoveral Goelzer que em sua entrevista cita que

Não tenho dúvida alguma que a Defender atualmente, não somente em Santo Ângelo mas em nosso Estado, representa um admirável segmento que labuta na preservação e difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural em especial a defesa intransigente a proteção de inventários e planos de salvaguarda do patrimônio material e imaterial, entre tantas outras prerrogativas importantes. (...) A atuação da Defender quando do nosso debate local, ao lado Ministério Público, construíram sim uma pauta positiva para a continuidade da consolidação de uma proposta educacional/patrimonial para a população, através de uma visão ampla e estratégica capaz de gerar o sentido de pertencer, de resgatar a memória coletiva da sociedade e claro desenvolver a autoestima dos indivíduos. (2014)

Todos os entrevistados compartilham da ideia de que a atuação da OSCIP em Santo Ângelo estimula, pressiona e cria uma pauta a ser trabalhada e desenvolvida pelos órgãos públicos em suas agendas de atuação e que sem ela os governos, em suas mais diversas esferas, não o fariam de forma voluntária. Além de solicitar, a entidade serviria para monitorar, controlar e fiscalizar se as ações a serem realizadas pelas instituições públicas estão sendo feitas de forma a dar respostas à sociedade. Apesar da criação de uma agenda pública há desafios e problemas a serem superados pela entidade, conforme nos relata Eduardo Hahn ao dizer que



O desafio principal é desmistificar o fato de que a proteção do patrimônio histórico é inverso à noção de desenvolvimento social. Grande parte da população alia a noção de desenvolvimento à destruição de edificações antigas e construção de novas, não importando a qualidade arquitetônica ou urbanística resultante. Essa ideia é acentuada pelos movimentos especulativos imobiliários que tem como objetivo básico o lucro individual rápido, muitas vezes independentemente dos resultados urbanísticos obtidos. (2014)

Um dos grandes desafios propostos então é atuar na informação da comunidade, desmistificando noções ultrapassadas de desenvolvimento e evolução – geralmente usadas por grupos que tendem manipular a opinião pública. Desafio também ocorre na instituição de debate e negociações entre as opiniões diversas, dificultando acordos e estratégias para que ambos tenham suas necessidades atendidas. Como a sociedade civil ocupa uma posição menos favorecida que grupos econômicos, suas únicas alternativas são de manifestar e buscar através de esferas maiores (promotorias e justiça) a equidade nesta relação. Para Darlan Marchi o principal desafio se refere a

A desinformação da comunidade, do Poder Legislativo principalmente e também o número reduzido de pessoas da comunidade a fim de enfrentar esse problema. Porém, creio que são problemas comuns a todas as cidades que se debruçam na luta em defesa dos seus patrimônios. (2014)

A desinformação de políticos que ocupam cargos técnicos em governos prejudica a atuação de entidades como a Defender, que esbarra muitas vezes na falta de informação e conhecimento destes, que acabam por não corresponder às expectativas do grupo, desmotivando-os. A comunidade, em especial em cidades pequenas, que são coagidas a não se manifestarem ou atuarem em determinada área por medo de retaliação (perda de emprego, afetar parente, e até de morte) são comuns, o que desmotiva algumas pessoas a militarem em organizações civis que atuam em áreas polêmicas (como a do patrimônio). O capital financeiro destas entidades, na grande maioria das vezes inferior ao de grupos empresariais e políticos também são fatores de desvantagem na atuação social de uma entidade, que enfrenta tantos desafios em busca da qualidade de vida para o coletivo, a longo prazo, superando barreiras através de alianças com outras entidades, que contam apenas com uma grande arma: as pessoas. Para Mirian Sartori os principais problemas enfrentados se referem ao

(...) desconhecimento por parte da população em geral sobre a importância da preservação do patrimônio cultural na sua vida pessoal em termos de identidade, memória, paisagem urbana e na qualidade de vida, pois a

substituição dos lugares, dos referenciais urbanos traz sérios prejuízos ao conjunto da sociedade. Geralmente, o centro histórico das cidades, são os núcleos iniciais da ocupação e é neles que se encontram os bens culturais de maior relevância. Infelizmente, também é lá que a propriedade é mais valorizada. Então, em detrimento dos interesses de alguns, a população como um todo é penalizada. Quem lucra com a especulação imobiliária? (2014)

A cultura é considerada a essência de uma pessoa ou grupo – ela percebendo ou não seu grau de importância. É tão inerente que acaba passando despercebido em seu cotidiano, acarretando uma falta de percepção desta importância para o indivíduo e sua comunidade, sejam em sua identidade, cultura, laços, referenciais e memórias, tão significativas para decidir e alavancar os rumos e projetos de uma sociedade. Neste aspecto entram os bens patrimoniais (materiais e imateriais), monumentos, expressões, saberes e fazeres, que demandam uma proteção efetiva contra sua depredação, muitas vezes estimulada pela globalização que tende a pasteurizar identidades, padronizando culturas e consumos em todas as sociedades.

Eduardo, Darlan e Mirian alertam para a falta de informação e conhecimento por parte da sociedade e dos órgãos públicos nas questões relativas ao patrimônio e a sua importância como elemento de desenvolvimento para as localidades. Destas desinformações e inércias aumentam a especulação imobiliária e financeira acarretando a perda significativa dos legados patrimoniais e de memória destas comunidades. Para a presidente do COMPAHC, Raquel Machado Rech, os principais desafios se referem ainda a

- a falta de uma legislação de proteção ao patrimônio local - embora alguns projetos de lei de preservação do patrimônio já tivessem sido propostos ao Legislativo, até o momento não há uma legislação municipal vigente em Santo Ângelo sobre o assunto devido à diferentes pontos de vista entre os preservacionistas; os moradores de prédios históricos; e os próprios poderes legislativos e executivo. Diante desta situação, por ora o município recorre a legislações federais e estaduais para resolver contendas internas.

- O fato de Santo Ângelo possuir apenas um Conselho (COMPAHC) faltando ainda a aprovação de um fundo municipal relacionado a este Conselho, bem como da legislação municipal cuja promulgação segue num constante impasse local. (2014)

Para a entrevistada a inexistência de uma legislação municipal que regule o tema é um desafio para a atuação da entidade, forçando-a a recorrer a instâncias e legislações maiores (estadual e federal) para a salvaguarda do patrimônio existente na cidade. O ideal seria estas questões serem resolvidas no âmbito local, com o desenvolvimento de uma legislação que contemplasse a proteção patrimonial e que

proporcionasse, através de um fundo, o financiamento de restaurações e reparos destes imóveis – o que facilitaria para seus proprietários a manutenção destes espaços (pois se sabe também que estes são onerosos). Poderia também ser implementado uma política de isenção de impostos municipais para os proprietários destes imóveis (como o IPTU, por exemplo) além de um plano diretor que contemplasse a venda de índices de construção para outras áreas da cidade, o que também daria uma possibilidade de renda e retorno financeiro àqueles donos de prédios históricos.

Muitas seriam as alternativas para conciliar um desenvolvimento econômico com o cultural, bastando a real implantação de políticas e programas que atendam às diversas necessidades da sociedade. Enquanto isso não ocorrer os conflitos serão cada vez mais intensos entre comunidade (dividida), prefeitura, vereadores, conselhos municipais, ministério público e IPHAE, alongando e atrasando a resolução de impasses e acarretando sumariamente à perda do patrimônio cultural edificado da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade civil organizada e atuante representa a possibilidade de várias demandas serem alocadas aos órgãos públicos competentes. Essa inserção realizada pelas entidades proporcionam a instrumentalização da população, igualando-a e empoderando-a na busca da solução de seus conflitos e problemas sociais. Surge como alternativa para que seus atores aglutinem experiências, ideias e projetos que visem à melhora da qualidade de vida coletiva, seja atuando de forma própria e independente, seja se articulando com outras entidades civis, seja negociando e dialogando com as esferas governamentais – sendo todas essas opções legítimas e significativas de organização e participação social.

A união em prol de um objetivo comum cria um espírito cooperativo e de solidariedade entre os seus membros, que difundem suas propostas e ideias na sociedade, chamando-os a responsabilidade de atuarem e fiscalizarem as ações governamentais. Os detentores de cargos públicos, quando fiscalizados, tendem a dar maior retorno de suas ações à comunidade, pois sabem que estão sendo monitorados e que poderão sofrer sanções simbólicas caso não atuem conforme o esperado, podendo influenciar nas eleições.

A sociedade civil organizada – através de ONGs, associações, OSCIPs – representa uma democracia de alta intensidade, ocupando espaços nas mais diversas instâncias participativas, elevando assim o grau de legitimidade das decisões governamentais. Não se concebe, portanto, um governo que não dialogue com as bases sociais, ouvindo e canalizando demandas, propostas e ideias, sendo de extrema importância instrumentalizar os espaços onde a comunidade atuará – sejam através dos conselhos, assembleias, conferências ou consultas populares. Todos estes mecanismos servem para a participação social e devem ser potencializados e estimulados pelos governos que almejam êxito em suas gestões.

A atuação da OSCIP Defender na cidade de Santo Ângelo é marcada por conquistas e dificuldades. Foi através de sua mobilização através de um abaixo assinado – estimulado basicamente pelas redes sociais e internet - direcionado ao IPHAE que se deu a abertura de um processo administrativo para o tombamento do Centro Histórico da cidade, espaço este que possui exemplares arquitetônicos de distintas épocas do município, também é o local da fundação da redução jesuítica de

Santo Ângelo Custódio, permanecendo boa parte de seus vestígios arquitetônicos em seu subsolo, sendo de extrema importância que estes (quando necessário) estejam disponíveis para prospecção arqueológica bem como trabalho de historiadores antropólogos e geógrafos que venham a estudar sobre seus aspectos.

A abertura deste processo administrativo tombou de forma provisória o centro histórico enquanto se realizavam estudos técnicos e inventário da área, os quais possuem como objetivo avaliar a necessidade ou não de um tombamento definitivo deste espaço. Se o tombamento for efetivado, haverá normativas e regramentos a serem implementados nos imóveis, que ganharão graus de proteção conforme a relevância do prédio bem como nos índices construtivos a serem designados pra esta área, impedindo que imóveis sejam totalmente demolidos, descaracterizados ou construídos de forma desproporcional à paisagem deste centro histórico.

A pauta da proteção patrimonial sempre existiu em Santo Ângelo, variando de força conforme a época e os interesses de distintos grupos, artistas e intelectuais que alertavam para a necessidade de uma proteção mais ativa dos bens existentes na cidade. A partir da atuação da Defender no município (em especial depois da abertura do processo de tombamento) houve uma maior repercussão referente à temática, motivando conflitos, debates, audiências, criação de lei inconstitucional e ações na justiça. Desta forma, foi incluída na pauta de gestão dos governos municipal e estadual, que tiveram que agir e dar respostas pertinentes à sociedade. Essa inclusão de pauta, conforme todos os entrevistados nesta pesquisa não teria ocorrido sem a pressão realizada pela entidade. A prefeitura municipal nunca demonstrou um interesse efetivo por patrimonializar algum imóvel privado ou área bem como o IPHAE não teria aberto o processo para tombamento por iniciativa própria. Isso se deve a questões relacionadas à falta de pessoal nos setores públicos que atuam na gestão cultural, a falta de pessoal técnico, a falta de recursos que as secretarias de cultura (em todos os níveis) padecem e a falta de vontade política de seus gestores em tomar tais iniciativas.

Todos os entrevistados consideram a Defender um instrumento de democracia que vem a somar para o desenvolvimento da participação social nas esferas públicas, cobrando, pressionando e fiscalizando estes a cumprirem sua função. A OSCIP representa uma ponte que liga a sociedade (e seus interesses) ao

governo, legitimando suas demandas em prol do coletivo e da qualidade de vida da população.

Os desafios encontrados pelo grupo são comuns e inerentes à questão do patrimônio histórico: desinformação da comunidade e dos agentes públicos, criação de polêmicas em torno do tema, falta de legislações locais que regulamentem o assunto e a dificuldade de diálogo entre sociedade, governos e empreendedores imobiliários. Para contrapor tais dificuldades foram realizadas atividades de educação patrimonial nas escolas públicas, objetivando a sensibilização dos alunos quanto à proteção do patrimônio histórico. Eventos também são realizados a fim de chamar a comunidade a debater e conhecer mais precisamente o assunto, contraponto as desinformações existentes e criadas pela mídia.

A Defender representa um instrumento de empoderamento social no momento em que legitima sua atuação conjunta junto o restante da sociedade e esferas públicas. A população possui a oportunidade de participar efetivamente dos temas que impactam suas vidas diariamente. Este empoderamento cria um status que favorece a comunidade em sua atuação, bem como o liberta de amarras com o governo, dando-lhes condições de buscar alternativas para sanar seus problemas.

O desfecho sobre o tombamento do centro histórico da cidade de Santo Ângelo ainda não está concluído. O IPHAE ainda estuda e avalia a proposta. Independente de seu resultado, a atuação da entidade ajudou a despertar na comunidade e nos órgãos públicos a necessidade de se fazer algo em relação ao tema, geralmente preterido nas pautas de planejamento e prioridades dos gestores públicos. De qualquer forma, a atuação da entidade continuará independente desta ação – pois não é a única e nem o foco exclusivo da OSCIP. Continuará fiscalizando, orientando, alertando, debatendo e dialogando (sempre que possível) com todos os interessados na proteção do patrimônio histórico de Santo Ângelo, num trabalho simples, manual e com resultados em longo prazo.

A constituição de uma entidade como a Defender, pode acarretar um estímulo para que outras pessoas se organizem em ONGs, OSCIPs, Associações, utilizando assim o capital social local em benefício da constituição de uma democracia mais forte, atuante e justa.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2003.
- ANASTASIA, Fátima, INÁCIO, Magna. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades**. UFMG, 2006.
- AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil**
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação**.
- BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Júlio. **São Miguel das Missões**. Coleção Sete Povos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- BAPTISTA, Jean; SANTOS, Maria Cristina dos. **Dossiê Missões: As Ruínas (Volume III)**. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2010.
- BISONHIN, Kelli. **Em busca da Estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: A sobrevivência do patrimônio arqueológico** (dissertação). Porto Alegre: PUC, 2011.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BURDA, Janete. **Missões Guarani: a saga da República Guarani na América do Sul**. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 2001.
- BRASIL, Governo Federal. **Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Brasília, DF.
- CASTRIOTA, Leonardo Garcia. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Editora Annablume, 2009.
- DEFENDER, Defesa Civil do Patrimônio Histórico. Arquivos.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1996
- \_\_\_\_\_ **Participação é conquista: Noções de política social participativa**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FERRAREZI, Elisabete. **OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse público: a lei 9.790\99 como alternativa para o terceiro setor**. Rezende-Brasília: Comunidade Solidária, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro:UFRJ, 2005.

FREITAS, Délcio José Possebom de (org). **Um olhar sobre os aspectos históricos e geográficos de Santo Ângelo**. Santo Ângelo: EdiURI, 2005.

**Governo e Sociedade Civil: um debate sobre espaços públicos democráticos**\ organizadora: Denise Gomile. São Paulo: Petrópolis: ABONG, 2003.

KERN, Arno Alvarez. **Utopias e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

LAVALLE, Adrian Gurza, CASTELLO, Graziela. **SOCIEDADE CIVIL, REPRESENTAÇÃO E A DUPLA FACE DA ACCOUNTABILITY: cidade do México e São Paulo**, 2008.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova: São Paulo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. **Representação Política em- Elementos para uma teoria ampliada da representação política**.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Doutrina, Jurisprudência e Legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PINTO, Luís Flodoardo Silva. **As Missões Orientais: Epopéia Jesuítica no Sul do Brasil**. Porto Alegre: AGE Editora, 2002.

PIPPI, Gladis Maria, MULLER, Nelci (org.) **300 anos da redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: EDIURI, 2007.

SANTOS, Pedro Marques dos. **São Miguel Arcanjo: 1632-1986**. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. REVISTA SOCIEDADE E ESTADO, Brasília, v. 21, 2006., p. 109-130.

TORNATORE, Jean-Louis. **Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v 1, n 1, dez 2009-mar 2010.

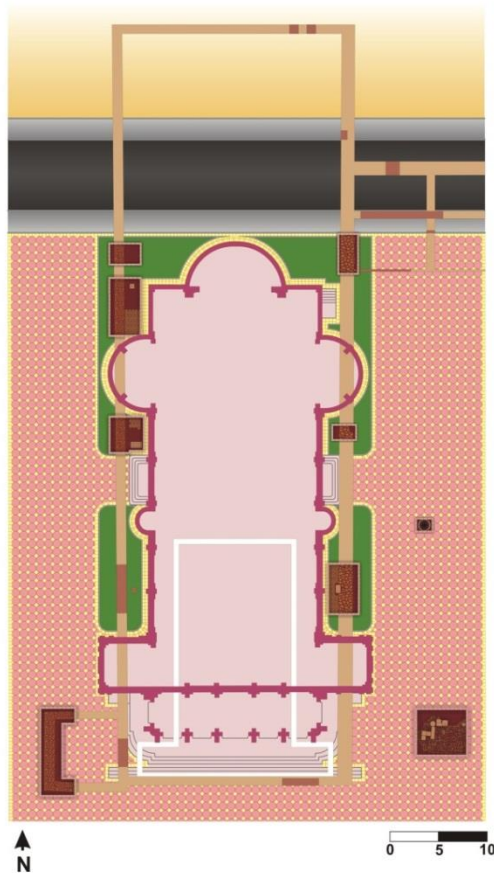


## ANEXOS

### Anexo nº 01

#### AS TRÊS IGREJAS DE SANTO ÂNGELO

Esquema comparando o possível traçado da catedral jesuítica de Sant'Angel Custódio, baseado nos vestígios encontrados nas escavações de 2006, com os traçados da igreja do século XIX e da atual catedral Angelopolitana.



#### LEGENDA:

- Estrutura Jesuítica à vista
- Estrutura Jesuítica constatada nas escavações
- Possível traçado da Catedral Jesuítica
- Base de Coluna Jesuítica
- Ladrilhos Jesuíticos
- Tijolos do Século XIX
- Traçado da Igreja do Século XIX
- Traçado da Catedral Angelopolitana

©2007 NUGEO - Núcleo de Geoprocessamento URI - Campus Santo Ângelo. Todos os Direitos Reservados



Escavações realizadas no Centro Histórico a partir do ano 2006 revelaram detalhes da fundação da cidade, as quais estão expostas no Museu ao Céu Aberto através de janelas arqueológicas. Fonte: Raquel Rech.

## **Anexo nº 02: Entrevistas**

### **Telmo Padilha Cesar**

*Juliani:* Qual o seu nome?

*Telmo:* Telmo Padilha Cesar

*Juliani:* Idade?

*Telmo:* 62 anos

*Juliani:* Qual o seu nível escolar?

*Telmo:* Bacharelado em Ciências Sociais/Ulbra-Canoas

*Juliani:* Natural de que cidade?

*Telmo:* Porto Alegre/RS

*Juliani:* Atualmente reside em que cidade?

*Telmo:* Cachoeira do Sul/RS

*Juliani:* Qual a sua trajetória dentro da OSCIP Defender?

*Telmo:* A Defender - Defesa Civil do Patrimônio Histórico, surge como resultado da maior e mais completa obra de restauração realizada no Estado do RS, em prédio de arquitetura luso-brasileira, amplamente relatada no livro Antiga Escola Militar de Rio Pardo História e Arquitetura publicado pela Defender em 2007. A experiência adquirida no exercício da gestão desse empreendimento evidenciou a necessidade de unir a sociedade na defesa de seus valores históricos como determina o Decreto Lei nº 25 de 1937 e Constituição Federal de 1988, mostrando que é possível sim, dar uma nova vida e função para um prédio histórico mesmo que ele esteja quase em ruínas. Sou um dos fundadores, com a participação de cidadãos e cidadãs de Rio Pardo, Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, em fevereiro 2002. Exerci o cargo de Coordenador de Projetos até março de 2011. Eleito presidente em 15 de março de 2011, com mandato até 2015.

*Juliani:* Na sua opinião, o que representa uma entidade como a Defender nos dias atuais?

*Telmo:* A identificação completa da entidade é: Defender - Defesa Civil do Patrimônio Histórico, uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da cultura, patrimônio histórico e artístico, turismo cultural e social, meio ambiente e cidadania, de duração indeterminada, regida por Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas, com sede e foro em Cachoeira do Sul/RS. Fundada em 14 de janeiro de 2002. Foi qualificada desde maio de 2002, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, junto ao Ministério da Justiça em conformidade com a Lei nº. 9.790/1999. Recebeu em 27 de junho de 2008, o título de Utilidade Pública

concedido pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS, através de Decreto Municipal nº 273/2008. A Defender tem em seu Estatuto as seguintes finalidades, entre outras: a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais. Dentro desses princípios, objetivos e metas é possível justificar com segurança o conceito criado de que a Cultura é a alma de um povo e ao mesmo tempo é a arma e o escudo de qualquer sociedade. Como alma, ela carrega e transmite através de gerações, todas as referências dos saberes e fazeres e o registro da evolução social, cultural e econômica que a compõem. Memória e Identidade. Como arma e escudo, ela busca consolidar, fortalecer e garantir a integridade dessa Memória e a interatividade de tal sociedade com o poder público, que pode ou não compreender seus anseios, desejos, ações e necessidades. Acreditamos então, que é pois, pela força da sociedade e de sua identidade que se pode garantir a sobrevivência e o fortalecimento da Cultura de uma comunidade, apesar do poder público. Isso é Democracia Cultural. O início desse novo século mostra uma forte ebulição na Cultura, gerada principalmente por profundas e agudas transformações de comportamentos sociais, de interesses econômicos e políticos. Quadro que se repete sempre em toda a História da Humanidade. A Defender, dentro dessa situação, representa a defesa da alma como arma da sociedade. As pessoas podem mudar as formas e o conteúdo das artes, as pessoas podem queimar e escrever livros, a sociedade pode alterar o seu modo de viver, a política pode mudar pessoas, países e continentes, o capital pode alterar seus interesses: ***Mas ninguém pode mudar a História, suas referências e suas raízes.*** E, se à força o fizerem, teremos zumbis e escravos sem Identidade mas muito bem identificados. A liberdade de escolha é individual, a vida em sociedade é opcional, mas as referências, a Memória e a História são coletivas enquanto existir sociedade. Então, a Defender é verbo no infinitivo que busca ser coletivo e conjugado em todos os tempos e modos para que pessoas possam viver assumindo sua Identidade, com autoestima e com a qualidade desejada.

*Juliani:* Qual a abrangência que a Defender possui hoje?

*Telmo:* Hoje, podemos dividir a abrangência da organização em duas formas: Virtual/Digital - Através da rede mundial de computadores onde mantém-se um site para publicações de notícias sobre o Patrimônio Cultural, colhidas de jornais, blogs e sites oficiais e particulares desde abril de 2008. Nesse espaço são publicadas também, informações institucionais das entidades, atividades e links de fontes do interesse sobre o Patrimônio Cultural, vídeos e publicações digitalizadas. O site [www.defender.org.br](http://www.defender.org.br) foi repaginado em agosto de 2013. O novo formato tem hoje 9.276 “posts”, 9.756 comentários e uma média mensal de 1.600 visitas únicas diárias e 345.000 “page views”/mês, segundo relatórios do provedor. Ainda, é importante ressaltar que os Estados Unidos da América, aparece com o segundo maior número de visitantes, seguido de Alemanha, Rússia e União Europeia. A Defender mantém ainda o endereço “@patrimonio” no “Twitter” com 14.9 mil “tuites” e 5.060 seguidores. Mais recentemente foi criada uma “Fanpage” no Facebook que possui 3.645 curtidas. Essa integração de três aplicativos (Site, Twitter e Facebook) permitem acesso e abrangência mundial. Não é forçado afirmar que este é o maior site de informação sobre Patrimônio Cultural do Brasil, pelo tema talvez do mundo.

**Presencial** - Através de Delegados(as) Regionais e sócios, em diversas cidades do Rio Grande do Sul, agindo onde existem demandas, emergenciais ou não, de pessoas de qualquer cidade, das próprias prefeituras ou por indicação do Instituto do Patrimônio (Estadual ou Federal). A Defender através de convites disponibiliza pessoas capacitadas para palestras e reuniões em grupos sempre que solicitado.

**Eventos** - Além de iniciar uma revolução em Rio Pardo, evidenciando de forma material os preceitos do valor da preservação do Patrimônio, são incontáveis os encontros, reuniões e atividades levadas à sociedade em diversos pontos do Rio Grande do Sul. Em 2002, ano da fundação da organização, foi realizado o I Encontro Patrimônio Cultural e Desenvolvimento em Porto Alegre, com a participação de 40 pessoas. Somente em 2013, no mês de Agosto foi possível a realização do II Encontro que aconteceu em Porto Alegre no dias 14, 15 e 16, no Auditório do Ministério Público, com a participação de 416 pessoas, fato que mostra um significativo aumento no interesse das pessoas e na credibilidade da Defender. É preciso ressaltar a participação de uma pessoa vinda de Manaus/AM, exclusivamente para participar desse evento.

*Juliani:* Quais as principais estratégias de ação da Defender?

*Telmo:* Qualquer intervenção da Defender no cumprimento de seus objetivos estatutários somente será executada primeiramente com base no diálogo com a sociedade, com o poder público e se necessário através do Ministério Público, fiscal das leis. Ainda com base no seu Estatuto a Defender tem as seguintes eixos de ação:

**Preventiva/Educacional:** Realizando ou apoiando estudos, debates, conferências, palestras, seminários, publicações, exposições, apresentações, filmes, etc. que possam contribuir para a defesa, divulgação, preservação, conservação, valorização e resgate do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; do Turismo Cultural e Social, da Educação Patrimonial; da Defesa da Ética; da Paz; da Cidadania; dos Direitos Humanos; da Democracia e de outros Valores Universais em convênios ou parcerias com órgãos e/ou entidades especializadas.

**Emergencial:** Intercedendo junto a autoridades na defesa, preservação e resgate do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural e do Meio Ambiente, sempre que existir situação de perigo ou ameaça à sua integridade, dentro da legislação em vigor.

**Consultiva:** Oferecendo e disponibilizando informações e consultoria nas áreas de Cultura, Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, Turismo Cultural e Social, Meio Ambiente e Cidadania.

**Recuperativa:** Elaborando e executando projetos de recuperação, restauração e preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural e do Meio Ambiente em convênios ou parcerias com órgãos e/ou entidades especializadas de acordo com a legislação vigente.

*Juliani:* Como se deu o início da atuação da Defender em Santo Ângelo?

*Telmo:* Na condição de presidente da Defender e suplente do Conselho Estadual de Cultura, fui convocado a participar do Colegiado de Memória e Patrimônio instituído pela Secretaria de Estado da Cultura, com o acompanhamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAE/RS, tendo como objetivo contribuir com a formação do Plano Estadual de Cultura. Nesses encontros realizados em Porto

Alegre, conheci o jovem Darlan De Mamann Marchi, que representava Santo Ângelo. Através dele, se promoveu um encontro na sua cidade para apresentação da Defender e fomentar o debate sobre Patrimônio com a sociedade. Desse encontro participaram também pessoas de Santa Rosa. De resultado saiu a proposta de realizar ações de conscientização e valorização do Patrimônio nas duas cidades e a nomeação de Delegados que pudessem representar a Organização. Hoje, a Defender tem Delegadas em Santo Ângelo e Santa Rosa e já conquistamos o Tombamento Estadual do prédio do Clube Concórdia e o Tombamento Provisório do Centro Histórico de Santo Ângelo.

*Juliani:* Na sua opinião, quais as principais conquistas da entidade em Santo Ângelo?

*Telmo:* Acredito que podemos creditar, junto com a sociedade o Tombamento Provisório do Centro Histórico. Polêmico, foi motivo de matérias jornalísticas em rádio, TV e jornais e acredito que chamou a atenção da sociedade para algo que estava adormecido e em perigosa e desconhecida situação de risco. Essa ação provocou, como reação, a criação de uma Lei pela Câmara de Vereadores promovendo a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Sancionada pelo prefeito a Justiça decretou tal lei, inconstitucional.

*Juliani:* Quais os desafios encontrados nessa atuação em Santo Ângelo?

*Telmo:* Sempre e em qualquer lugar onde o tema não é muito conhecido a polêmica é natural. Na verdade, a ausência de um Método Pedagógico de ensino, que possa aplicar de forma transversal a chamada “Educação Patrimonial”, vamos continuar gerando futuros “analfabetos patrimoniais”. Esses vão se juntar aqueles que desconhecem a importância da ampla legislação de defesa e valorização do patrimônio cultural. Vão se associar aos interesses econômicos da indústria imobiliária que ultrapassam qualquer interesse coletivo e pior, serão acolhidos pelo poder público que subvertido, vende às pessoas o conceito de progresso desagregado da expressão sustentável. Então nos resta enfrentar batalhões. Não é diferente com Santo Ângelo e não vai ser diferente em lugar nenhum onde a História, o Espírito do Lugar e a Identidade são expressões desconhecidas, sem o devido valor e por isso, nunca apropriadas.

*Juliani:* Como você caracterizaria a presença da Defender em Santo Ângelo?

*Telmo:* Barulhenta, mas ainda não estereofônica como deveria e precisamos que seja. O enfrentamento como o poder público é para alguns assustador. A própria sociedade, além de mal informada é submissa e omissa quanto aos seus direitos, sua força e até de suas necessidades. Não saberia dizer quantas vezes e quantas pessoas se reúnem para discutir o futuro da cidade, as suas necessidades, os seus projetos e as suas propostas. A sensação que fica é a de que temos vereadores e prefeito, eles que resolvam. Uma Delegacia em Santo Ângelo com um número expressivo de sócios ganharia uma representatividade maior e poderia a exemplo de Novo Hamburgo desenvolver mais projetos, mais ações e dar uma contribuição maior para a conscientização das pessoas, na busca de um objetivo maior que é qualidade de vida.

*Juliani:* Como você caracteriza a relação da Defender com as instâncias governamentais a nível de Município, Estado e União?

*Telmo:* Em Santo Ângelo a Juliani Borchardt, nossa Delegada tem feito das tripas, coração. Mas a nossa relação com o poder público municipal parece “arranhado”. Nada que uma lixa não possa resolver. Nossa relação com o poder público estadual é de parceria. Temos projetos em conjunto e o órgão com mais contato é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE. Com o poder público federal nossa relação mais direta é com o Ministério da Cultura e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. A certificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é a cunha que serve para alavancar ações e projetos no Estado. Em diversos estados a Defender, pelo seu trabalho e abrangência virtual, tornou-se uma referência na área de patrimônio cultural.

*Juliani:* Quais as perspectivas da entidade para Santo Ângelo?

*Telmo:* Essa resposta deve ser respondida pela nossa Delegada e pela sociedade de Santo Ângelo. Nós sonhamos em ser parceiros de todas as comunidades mas ninguém faz um carinho sincero em quem não gosta. Entretanto o Patrimônio Cultural é Brasileiro e independente de haver ou não carinho nós vamos defende-lo em qualquer lugar dentro do País, de acordo com as nossas condições.

## **Eduardo Hahn**

*Juliani:* Qual o seu nome?

*Eduardo:* Eduardo Hahn

*Juliani:* Qual a sua idade?

*Eduardo:* 43 anos

*Juliani:* Qual o seu nível escolar?

*Eduardo:* Terceiro Grau completo

*Juliani:* Natural de que cidade?

*Eduardo:* Porto Alegre/RS

*Juliani:* Atualmente reside em que cidade?

*Eduardo:* Porto Alegre/RS

*Juliani:* Qual sua profissão ou cargo atualmente. Desde quando o exerce ou ocupa?

*Eduardo:* Arquiteto Urbanista. Ocupo o cargo de Superintendente Regional no Rio Grande do Sul do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN deste agosto de 2013.

*Juliani:* Qual a sua trajetória dentro do IPHAE?

*Eduardo:* Fui convidado, no final de 2010, para assumir o cargo de Diretor do IPHAE, o qual ocupei até agosto de 2011, quando fui convidado para ocupar o cargo de Superintendente do IPHAN-RS.

*Juliani:* Desde quando conhece a OSCIP DEFENDER?

*Eduardo:* Tenho contato com a OSCIP DEFENDER desde meados de 2002, quando ela iniciou os seus trabalhos na área da preservação do patrimônio.

*Juliani:* Em sua opinião o que representa uma entidade como a Defender nos dias atuais?

*Eduardo:* As organizações não governamentais representam a iniciativa popular de desenvolver ações em prol do bem estar social, trabalhando no desenvolvimento de projetos para alterar situações em áreas onde o poder público se mostrou ineficiente ou ineficaz.

*Juliani:* Como pode ser caracterizada a relação IPHAE X DEFENDER? (No período em que esteve neste órgão)

*Eduardo:* O IPHAE sempre trabalhou com a OSCIP DEFENDER em uma relação de parceria, tendo em vista o interesse comum de ambas organizações que uniram esforços em busca de desenvolver projetos para a preservação do patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.

*Juliani:* Na sua opinião a atuação da DEFENDER cria uma agenda pública para o IPHAE?

*Eduardo:* A atuação da DEFENDER e suas reivindicações, que foram assumidas pelo IPHAE, criou uma série de compromissos sociais aos quais o órgão tem, atualmente, a responsabilidade de responder através de ações de proteção, fiscalização, disciplinamento e valorização do patrimônio.

*Juliani:* Como se deu a atuação do IPHAE em Santo Ângelo?

*Eduardo:* A partir da solicitação de apoio da OSCIP DEFENDER ao IPHAE para interceder junto à realidade de constante destruição e descaracterização do patrimônio material do sítio histórico de Santo Ângelo/RS, o IPHAE abriu um processo de tombamento provisório da área central, cuja malha urbana, conforme estudos técnicos, correspondia a antiga Redução Jesuítica Guarani de Santo Ângelo Custódio. Desta forma, tentou-se minimizar as perdas que estavam ocorrendo na área central através do disciplinamento das intervenções possíveis de serem realizadas no local, assim como do apoio do IPHAE na elaboração do Inventário de bens arquitetônicos da área urbana da cidade. Este trabalho ainda está em andamento.

*Juliani:* Se a DEFENDER não tivesse solicitado o tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo o IPHAE o teria feito de forma espontânea?

*Eduardo:* Alguns processos de tombamento individuais já haviam sido abertos, como é o caso da Estação de Trem, Prefeitura Municipal, etc. Provavelmente, considerando a grande demanda de trabalho existente e a pequena equipe técnica a disposição do órgão, o IPHAE não teria aberto um processo de tombamento de tão grande envergadura naquele momento.

*Juliani:* Quais os desafios encontrados pelo IPHAE em Santo Ângelo? (No período em que você esteve neste órgão)

*Eduardo:* O desafio principal é desmistificar o fato de que a proteção do patrimônio histórico é inverso à noção de desenvolvimento social. Grande parte da população alia a noção de desenvolvimento à destruição de edificações antigas e construção de novas, não importando a qualidade arquitetônica ou urbanística resultante. Essa ideia é acentuada pelos movimentos especulativos imobiliários que tem como objetivo básico o lucro individual rápido, muitas vezes independentemente dos resultados urbanísticos obtidos.

*Juliani:* Como você caracterizaria a presença da Defender em Santo Ângelo?

*Eduardo:* Vejo a presença da DEFENDER em Santo Ângelo como Fundamental. A DEFENDER é um exemplo de organização social que deveria se aplicar em todas as regiões do Estado Nacional, buscando desenvolver ações em prol da melhoria da qualidade de vida da população em geral. Suas ações não só em Santo Ângelo, mas também em outras cidades representativas do Estado, como Bagé, Novo Hamburgo, Ivoti, etc., tem nos auxiliado a exercer nossa função de preservar a identidade nacional.

### **Darlan De Mamann Marchi**

*Juliani:* Qual o seu nome?

*Darlan:* Darlan De Mamann Marchi

*Juliani:* Qual a sua idade?

*Darlan:* 28 anos.

*Juliani:* Qual o seu nível escolar?

*Darlan:* Superior.

*Juliani:* Natural de que cidade?

*Darlan:* Santo Ângelo

*Juliani:* Atualmente reside em que cidade?



*Darlan:* Pelotas.

*Juliani:* Qual a sua profissão?

*Darlan:* Pós-graduando – pesquisador.

*Juliani:* Qual a sua trajetória na OSCIP Defender? Como a conheceu?

*Darlan:* Sou associado da OSCIP e a conheci através de seus representantes junto ao Colegiado Setorial do Patrimônio Cultural, no qual eu representava a Rede Jovem em Defesa do Patrimônio Cultural nesse colegiado que tinha a função de auxiliar a Secretaria Estadual de Cultura na construção do Plano Estadual de Cultura. Nessas reuniões tratamos de questões relativas a falta de ações de proteção ao patrimônio cultural em nossas cidades. Após isso, mantive contato com os amigos da Defender e passei a acompanhar as ações da OSCIP que só tem crescido nesses últimos anos.

*Juliani:* Na sua opinião o que representa uma entidade como a Defender nos dias atuais?

*Darlan:* Representa uma entidade que legitima os anseios dos movimentos sociais envolvidos com a defesa do patrimônio cultural, frente as ações empregadas pelos interesses particulares, da especulação imobiliária e dos interesses políticos e econômicos que descaracterizam as cidades e suas histórias.

*Juliani:* Como se deu a articulação e atuação da Defender em Santo Ângelo?

*Darlan:* A partir do que já foi dito, e frente às ações (e a falta de ações preservacionistas na cidade). Com a grande polêmica criada quando da demolição e descaracterização de casas históricas da cidade, e frente ao conflito que se criava em torno da falta de sensibilidade dos poderes públicos instituídos quanto a legislação que regulamentasse a proteção do patrimônio local. A Defender foi acionada quando nos nossos encontros junto ao colegiado soube do que se passava na cidade e se uniu ao Conselho do Patrimônio local, ajudando a legitimar nossas ações e as ações do Ministério Público Estadual.

*Juliani:* Quais as principais estratégias de ação da Defender em Santo Ângelo?

*Darlan:* Alertas por escrito aos poderes públicos locais e estaduais; ações de formação com entidades e população em geral; criação de uma delegacia local para legitimar a representatividade e as ações empreendidas em defesa do patrimônio local.

*Juliani:* Como se deu o início da atuação da Defender em Santo Ângelo?

*Darlan:* Quando do processo movido por um advogado e proprietário de imóvel histórico contra os componentes do Conselho Municipal do Patrimônio e a Promotoria Pública. Uma tentativa de criminalizar os defensores do patrimônio cultural a fim de desarticular o movimento e garantir seus interesses e lucros imobiliários. A Defender ajudou a legitimar o movimento local e fortalecer as ações no sentido de realizar um inventário dos bens culturais e da discussão em torno de

uma legislação de proteção do patrimônio, algo que infelizmente ainda não se efetivou.

*Juliani:* Na sua opinião, quais as principais conquistas da entidade em Santo Ângelo?

*Darlan:* O apoio das ações dos grupos que defendem o patrimônio; o apoio a Promotoria Pública e suas ações de defesa dos bens culturais; os eventos e debates que ajudaram a abrir a discussão junto a comunidade, mostrando para a população os interesses que se colocavam atrás dos discursos contra a preservação; o compromisso que a prefeitura teve que assumir junto a promotoria de realizar um inventário dos bens culturais imóveis e de fazer uma legislação que garanta a proteção; a intervenção para o tombamento do Centro Histórico da cidade a nível estadual (mesmo que ainda em processo) e que garantirá a manutenção da paisagem cultural da região.

*Juliani:* Quais os desafios encontrados nessa atuação em Santo Ângelo?

*Darlan:* A desinformação da comunidade, do Poder Legislativo principalmente e também o número reduzido de pessoas da comunidade a fim de enfrentar esse problema. Porém, creio que são problemas comuns a todas as cidades que se debruçam na luta em defesa dos seus patrimônios.

*Juliani:* Como você caracterizaria a presença da Defender em Santo Ângelo?

*Darlan:* Temos uma situação de conflito que desvela uma trama de interesses econômicos e políticos por trás dos que desejam a descaracterização da cidade ou se negam ou se omitem a debater uma legislação oficial. Nesse quadro, a Defender, assim como as pessoas e entidades que defendem o patrimônio local não possuem a prerrogativa de fazer a mudança. A transformação parte do debate e do encontro, também do enfrentamento e do desvelamento dessas intenções. Sendo assim, caracterizo como essencial a atuação da Defender, com importantes avanços se considerarmos o cenário em que elas se desenvolveram.

*Juliani:* Como você caracteriza a relação da Defender com as instâncias governamentais a nível de município, Estado e Nação?

*Darlan:* Como disse, ela exige ações e ajuda a legitimar as ações de órgãos como IPHAE e Promotoria. A entidade cobra, exige e se impõe enquanto representante da sociedade civil. Com certeza, ela representa “uma pedra no sapato” de grupos de políticos que não estão preocupados com o coletivo e com as melhorias das comunidades.

*Juliani:* Há diálogo entre a Defender e outras instâncias de participação e representação (conselhos, prefeitura, vereadores, etc)?

*Darlan:* Não sei como ocorre em outras cidades. Em Santo Ângelo esse diálogo se deu de maneira muito profícua em relação ao Conselho do Patrimônio, a Promotoria Pública e até certo ponto junto ao Poder Executivo. Em relação ao Poder Legislativo isso não ocorreu, uma vez que a maioria dos legisladores não demonstra preocupação e intenção de legislar com propriedade e conhecimento sobre o tema.

*Juliani:* Você acha que a Defender representa os interesses de um segmento da sociedade de Santo Ângelo?

*Darlan:* Sim. Não só e Santo Ângelo, como de outras cidades do Rio Grande do Sul.

*Juliani:* Quais as perspectivas da entidade para Santo Ângelo?

*Darlan:* Creio que é continuar na luta, acompanhando e exigindo que a lei se cumpra. Ajudando nas atuações de informação e educação da comunidade.

*Juliani:* Na sua opinião, a Defender estimulou uma pauta e agenda pública sobre a temática do patrimônio em Santo Ângelo?

*Darlan:* Com certeza. A luta já ocorre a mais de uma década nesse sentido na cidade, mas como os ânimos se acirraram e a polêmica veio à tona, a Defender legitimou, enquanto um órgão civil representativo de nível estadual, a importância do patrimônio cultural da cidade, não só para Santo Ângelo, mas para todo o Rio Grande do Sul. A pauta defendida pela entidade colocou o patrimônio na agenda não só de Santo Ângelo, mas do Rio grande do Sul. Pequenas revoluções com pequenos resultados, que conscientizam e fazem a diferença.

### **Mirian Sartori Rodrigues**

*Juliani:* Qual o seu nome?

*Mirian:* Mirian Sartori Rodrigues.

*Juliani:* Qual a sua idade?

*Mirian:* 56.

*Juliani:* Qual o seu nível escolar?

*Mirian:* Mestrado em Planejamento Urbano e Regional Propur/UFRGS.

*Juliani:* Você é natural de que cidade?

*Mirian:* Getúlio Vargas (RS), mas nunca morei. Minha avó era parteira e morava lá. Então eu e meus irmãos nascemos e fomos registrados em G. Vargas.

*Juliani:* Atualmente reside em que cidade?

*Mirian:* Porto Alegre.

*Juliani:* Qual sua profissão ou cargo. Desde quando o exerce ou ocupa?

*Mirian:* Minha profissão e cargo é arquiteta e urbanista. Trabalho na Secretaria de Estado da Cultura desde 1992.

*Juliani:* Qual a sua trajetória dentro do IPHAE?

*Mirian:* Ingressei no IPHAE em 1992 por meio de concurso público. No período de 1995-1998 atuei na Biblioteca Pública do Estado e entre 2007-2012 no Sistema LIC – Lei de Incentivo à Cultura (hoje Pró-cultura). Em agosto de 2013 assumi a direção do Instituto.

*Juliani:* Desde quando conhece a OSCIP DEFENDER?

*Mirian:* O Telmo Padilha conheço desde a restauração da Antiga Escola Militar de Rio Pardo e penso que a Defender, desde a sua criação.

*Juliani:* Na sua opinião o que representa uma entidade como a Defender nos dias atuais?

*Mirian:* É a participação da sociedade civil cumprindo o seu papel cidadão de fazer valer o direito à preservação do patrimônio cultural, do meio ambiente e da qualidade de vida.

*Juliani:* Como pode ser caracterizada a relação IPHAE X DEFENDER?

*Mirian:* Uma relação de apoio mútuo.

*Juliani:* Na sua opinião a atuação da DEFENDER cria uma agenda pública para o IPHAE?

*Mirian:* Sim, no sentido de solicitar que o IPHAE cumpra o seu papel institucional e constitucional na defesa do patrimônio cultural gaúcho.

*Juliani:* Como se deu a atuação do IPHAE em Santo Ângelo?

*Mirian:* Quando assumi a direção do IPHAE, o processo de tombamento estava sendo instruído. O processo de tombamento do Sítio Histórico de Santo Ângelo foi aberto por solicitação da sociedade civil organizada com o objetivo de proteger a área do Sítio Arqueológico - tombada pelo Município – contra a sucessiva descaracterização. Nesse sentido, a área do Tombamento Estadual coincide com a área do Sítio já tombado pelo Município e segue critérios da Preservação do Ambiente Construído e da Conservação Urbana.

*Juliani:* Se a DEFENDER não tivesse solicitado o tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo o IPHAE o teria feito de forma espontânea?

*Mirian:* Possivelmente não, pois o Instituto não tem estrutura, recursos humanos para concretizar seu planejamento, sua política de preservação e em muitos casos, os tombamentos ocorrem quando existe um iminente risco de destruição, de descaracterização e até mesmo de desaparecimento, como no caso da Igreja do

Galo em São Gabriel, que foi tombada a partir da mobilização da comunidade local quando uma patrula havia derrubado a parede lateral.

*Juliani:* Quais os desafios encontrados pelo IPHAE em Santo Ângelo?

*Mirian:* O desconhecimento por parte da população em geral sobre a importância da preservação do patrimônio cultural na sua vida pessoal em termos de identidade, memória, paisagem urbana e na qualidade de vida, pois a substituição dos lugares, dos referenciais urbanos traz sérios prejuízos ao conjunto da sociedade. Geralmente, o centro histórico das cidades, são os núcleos iniciais da ocupação e é neles que se encontram os bens culturais de maior relevância. Infelizmente, também é lá que a propriedade é mais valorizada. Então, em detrimento dos interesses de alguns, a população como um todo é penalizada. Quem lucra com a especulação imobiliária?

*Juliani:* Como você caracterizaria a presença da Defender em Santo Ângelo?

*Mirian:* Felizmente Santo Ângelo pode contar com um grupo tão valoroso, incansável e que pensa e trabalha pelo bem coletivo.

*Juliani:* Quais as perspectivas da entidade para Santo Ângelo?

*Mirian:* Um desafio constante em defender o patrimônio e ampliar o nível de conscientização do conjunto da sociedade sobre a necessidade da preservação.

## **Raquel Machado Rech**

*Juliani:* Qual o seu nome?

*Raquel:* Raquel Machado Rech.

*Juliani:* Qual a sua idade?

*Raquel:* 40 anos.

*Juliani:* Qual o seu nível escolar?

*Raquel:* Superior completo com pós-graduação (doutorado).

*Juliani:* Natural de que cidade?

*Raquel:* Pelotas.

*Juliani:* Atualmente reside em que cidade?

*Raquel:* Santo Ângelo.

*Juliani:* Qual a sua profissão?

*Raquel:* Arqueóloga.

*Juliani:* Qual a sua experiência na área do patrimônio?

*Raquel:* - Conselheira (Arqueóloga) dos conselhos conjuntos CPAM - Conselho do Patrimônio Arqueológico Municipal e COMPHEC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural (gestão 2008-2009);

- Conselheira (Arqueóloga) do COMPAHC - Conselho de Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (gestão 2010-2011);

- Presidente do COMPAHC - Conselho de Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (gestão 2012-2013);

*Juliani:* Você conhece a OSCIP DEFENDER? Quando a conheceu?

*Raquel:* Sim. Conheço a OSCIP DEFENDER desde julho de 2011 quando divulgaram em seu site na internet uma matéria do ClicRBS, intitulada “*Santo Ângelo / RS - Recuperação do Centro Histórico deve terminar nesta sexta-feira*” <http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/santo-angelors-recuperacao-do-centro-historico-deve-terminar-nesta-sexta-feira/>.

Desde então acompanho no site da DEFENDER demais ações em Santo Ângelo, tais como a escolha dos delegados santo-angelenses nesta OSCIP. Também tive envolvimento na realização do *Encontro: “A Proteção do Patrimônio Histórico em Santo Ângelo”*, em 09/08/2012, inserida na programação da *Semana Cultural de Santo Ângelo*. Este encontro foi promovido pela DEFENDER e contou com o apoio cultural do COMPAHC, nós conselheiros expusemos coletivamente uma apresentação intitulada “*Ações de Proteção do Patrimônio Histórico de Santo Ângelo*”. Também acompanhei após sair na mídia – e fui consultada *a posteriori* pelo IPHAE sobre informações relativas à legislação específica já existente desde 1993 sobre o sítio arqueológico da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio – com relação ao pedido de tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo solicitado por membros da comunidade e delegados da OSCIP DEFENDER ainda no ano de 2012, cujo processo se desencadeou durante o ano de 2013.

*Juliani:* Na sua opinião, o que representa uma entidade como a Defender nos dias atuais?

*Raquel:* Na minha opinião, uma entidade como a DEFENDER representa nos dias atuais o incentivo ao exercício da cidadania em prol da defesa e valorização do nosso patrimônio cultural, nas suas mais diversas facetas, como histórico, cultural, edificado, arqueológico, imaterial, etc. É uma ação de suma importância na educação patrimonial da comunidade como um todo que esta instituição executa.

*Juliani:* Na sua opinião quais as principais conquistas da entidade em Santo Ângelo?

*Raquel:* Na minha opinião as principais conquistas da DEFENDER em Santo Ângelo são:

a) as ações para regulamentação do Centro Histórico no quesito do acompanhamento da formulação de uma legislação municipal que regulamente questões pendentes;

b) a promoção de encontros que promovam o esclarecimento e o debate na comunidade quanto a questões pertinentes à preservação do patrimônio cultural de Santo Ângelo, tais como a realização do *Encontro: “A Proteção do*

*Patrimônio Histórico em Santo Ângelo*”, em 09/08/2012, inserida na programação da *Semana Cultural de Santo Ângelo*, contando com o apoio cultural do COMPAHC.

c) a eleição de delegados locais da DEFENDER em Santo Ângelo para o acompanhamento e a realização destas e demais ações.

*Juliani:* Quais os desafios encontrados nessa atuação em Santo Ângelo?

*Raquel:* Entendo como principais desafios encontrados na atuação da DEFENDER em Santo Ângelo:

- a falta de uma legislação de proteção ao patrimônio local - embora alguns projetos de lei de preservação do patrimônio já tivessem sido propostos ao Legislativo, até o momento não há uma legislação municipal vigente em Santo Ângelo sobre o assunto devido à diferentes pontos de vista entre os preservacionistas; os moradores de prédios históricos; e os próprios poderes legislativos e executivo. Diante desta situação, por ora o município recorre a legislações federais e estaduais para resolver contendas internas.

- O fato de Santo Ângelo possuir apenas um Conselho (COMPAHC) faltando ainda a aprovação de um fundo municipal relacionado a este Conselho, bem como da legislação municipal cuja promulgação segue num constante impasse local.

*Juliani:* Como você caracterizaria a presença da Defender em Santo Ângelo?

*Raquel:* Eu caracterizaria a presença da DEFENDER em Santo Ângelo como o exercício da proteção ao patrimônio de forma institucional – não só aqui mas em qualquer cidade do país – e este é um passo muito importante para o nosso desenvolvimento enquanto nação.

*Juliani:* Como você caracteriza a relação da Defender com o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo? Ouve alguma ação em conjunto?

*Raquel:* A relação da DEFENDER com o Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo pode ser expresso na contribuições dos delegados desta OSCIP, Juliani Borchardt e Amilcar Guidolim, que também são conselheiros do COMPAHC, atuando, assim, de forma conjunta nos assuntos tratados pelo Conselho e vice-versa.

*Juliani:* Você acha que a Defender representa os interesses de um segmento da sociedade de Santo Ângelo?

*Raquel:* Considero que a DEFENDER representa o segmento preservacionista da sociedade de Santo Ângelo de forma muito contundente e positiva.

*Juliani:* Na sua opinião, a Defender estimulou uma pauta e agenda pública sobre a temática do patrimônio em Santo Ângelo?

*Raquel:* Na minha opinião, a DEFENDER sempre estimula a agenda pública sobre a temática do patrimônio em Santo Ângelo, seja fomentando ou incentivando a execução de ações de divulgação à comunidade e cobrando respostas institucionais sobre as pendências ainda existentes com relação à legislação inacabada sobre esta pauta no município.

**Leoveral Goelzer Soares**

*Juliani:* Qual o seu nome?

*Leoveral:* Leoveral Golzer Soares.

*Juliani:* Qual a sua idade?

*Leoveral:* 38 anos.

*Juliani:* Qual o seu nível escolar?

*Leoveral:* Superior Completo.

*Juliani:* É natural de que cidade?

*Leoveral:* Santo Ângelo.

*Juliani:* Atualmente reside em que cidade?

*Leoveral:* Porto Alegre.

*Juliani:* Qual a sua profissão?

*Leoveral:* Assistente Social.

*Juliani:* Como você conheceu a OSCIP DEFENDER?

*Leoveral:* Através de um colega de trabalho na Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude que é Historiador, conhecedor do trabalho desta instituição. Ele nos aproximou naquele momento.

*Juliani:* Na sua opinião, o que representa uma entidade como a Defender nos dias atuais?

*Leoveral:* Em tempos atuais de pós neoliberalismo e transformações socioeconômicas, sociais e culturais, o Terceiro Setor cumpre um papel extremamente importante. As atribuições inerentes a Defender na defesa a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do nosso Estado e do País. São ações como estas que parte do controle social da sociedade que legitima uma política de pressão para as transformações necessárias na sociedade atual.

*Juliani:* Você conhece a atuação da Defender em Santo Ângelo?

*Leoveral:* Sim, as intervenções de seus representantes no município tem sido de extrema importância para fomentar o debate, fazer esclarecimentos, tirar dúvidas a população sobre a necessidade e importância da defesa do nosso patrimônio cultural, histórico e artístico. Sua presença em momento crítico para a construção e formulação de legislação específica foi deveras decisiva para o amparo legal, tanto



para quando estava à frente da gestão municipal, mas também por estarem ao lado dos movimentos organizados do município.

*Juliani:* Houve alguma articulação entre Defender e Secretaria de Cultura enquanto você era secretário municipal?

*Leoveral:* Sim. Quando do debate para a preservação do patrimônio histórico e cultural no município. Houve uma importante articulação, culminando com um encontro com a população para debatermos a construção de uma legislação municipal para salvaguarda do patrimônio histórico arquitetônico de Santo Ângelo. Anterior a isso encaminhamos um projeto de lei a Câmara Municipal de Vereadores, construídos pelos movimentos culturais do município através de um termo de cooperação técnica com o IPHAE. Porém os Legisladores se omitiram em votar. Prometeram posterior debate e votação. Infelizmente isso não aconteceu, aliás aconteceu a aprovação de uma lei inconstitucional derrubada por liminar pela justiça.

*Juliani:* Se houve alguma articulação, quais os desafios encontrados nessa articulação?

*Leoveral:* Com o encontro realizado abriu-se novamente o debate acerca do assunto. A incompreensão junto a desinformação dos proprietários de imóveis inventariado e da própria administração municipal, somaram-se para a contestação e a necessidade de políticas públicas efetivas e permanentes para a proteção de nosso patrimônio tanto material, quanto imaterial. A resistência dos proprietários, inflados pela especulação imobiliária e o senso comum sobre o assunto, nos desafiou a continuar debatendo e construindo alternativas para reversão desta ideia fechada quanto a proteção e preservação de nosso patrimônio.

*Juliani:* Como você caracterizaria a presença da Defender em Santo Ângelo?

*Leoveral:* Um importante instrumento de representação, participação, articulação e defesa do patrimônio histórico de Santo Ângelo. Os instrumentais jurídicos legais de representatividade, a forma didática de reconhecimento empreendida, oportunizou a busca da identidade de um povo alienado sem uma visão de seu estado, de sujeitos históricos e compromissados com a manutenção da sua história. Destaca-se seu potencial de agentes transformadores políticos da realidade.

*Juliani:* Como você caracteriza a relação da Defender com as instâncias governamentais a nível de município?

*Leoveral:* A principal característica é sua função de articulação, mediação e orientação aos gestores municipais, que se apresentam totalmente desinformados quanto a importância da preservação de sua cultura de forma mais ampla. O amparo jurídico para evocar o cumprimento da Constituição Federal acerca do assunto, também aproxima governo e movimento social.

*Juliani:* Você acha que a Defender representa os interesses de um segmento da sociedade de Santo Ângelo?

*Leoveral:* Não tenho dúvida alguma que a Defender atualmente, não somente em Santo Ângelo mas em nosso Estado, representa um admirável segmento que labuta na preservação e difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural em especial a defesa intransigente a proteção de inventários e planos de salvaguarda do patrimônio material e imaterial, entre tantas outras prerrogativas importantes.

*Juliani:* Na sua opinião a Defender estimulou uma pauta e agenda pública sobre a temática do patrimônio em Santo Ângelo?

*Leoveral:* A atuação da Defender quando do nosso debate local, ao lado Ministério Público, construíram sim uma pauta positiva para a continuidade da consolidação de uma proposta educacional/patrimonial para a população, através de uma visão ampla e estratégica capaz de gerar o sentido de pertencer, de resgatar a memória coletiva da sociedade e claro desenvolver a autoestima dos indivíduos.





Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH  
Departamento de Ciência Política  
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo  
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.  
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901  
E-mail: adm\_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

---

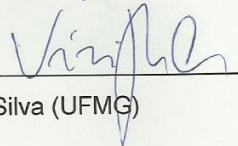
## **ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Aos 5 (cinco) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada “**OSCIP DEFENDER: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE SANTO ÂNGELO-RS**” elaborada por **Juliani Borchardt da Silva**.

A Comissão, composta por Leonardo Avritzer e Viviane Petinelli e Silva, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere à aluna o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 5 de novembro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
Leonardo Avritzer (UFMG)

  
\_\_\_\_\_  
Viviane Petinelli e Silva (UFMG)